

**Relatório
Portugal 2020 na
Região Alentejo
2017**

Orgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Relatório Portugal 2020 na Região Alentejo – 2017

PRODUÇÃO

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Órgão das Dinâmicas Regionais

ELABORAÇÃO:

Carlos Almeida

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO:

Filomena Avelar

PROPRIEDADE:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 193
7004-514 Évora
Tel.:266 740 300
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt
www.ccdr-a.gov.pt

EDIÇÃO:

Agosto 2018

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	4
1.1 - Enquadramento.....	4
1.2 - Estrutura do Relatório	5
2 - OBJETIVOS E METODOLOGIA	8
2.1 - Objetivos.....	8
2.2 - Metodologia.....	8
2.3 - Informação	8
3 - SINTESE MACROECONÓMICA.....	10
3.1 - PIB.....	10
3.2 - PIB per capita.....	11
3.3 - Emprego.....	13
3.4 - Remunerações.....	14
3.5 - Formação Bruta de Capital Fixo.....	15
3.6 - Produtividade Aparente do Trabalho.....	16
4 - OPERACIONALIZAÇÃO DO PORTUGAL 2020 NO ALENTEJO.....	18
4.1 - Projetos Aprovados.....	19
4.1.1- Sistemas de Incentivos.....	28
4.2 - Territorialização dos Fundos.....	34
4.3 - Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial no Alentejo.....	47
5 - Indicadores de Contexto e Contributos para o PNR.....	51
5.1 - Informação Estatística.....	51
6 - CONCLUSÕES.....	58
ANEXO I.....	61
ANEXO II.....	62
ANEXO III.....	63
Siglas e Abreviaturas.....	64

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO

O PORTUGAL 2020 assume princípios de programação alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

O estímulo à produção de bens e serviços transaccionáveis; o incremento das exportações; a transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo; o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos; a redução dos níveis de abandono escolar precoce; a integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; a promoção do desenvolvimento sustentável, numa óptica de eficiência no uso dos recursos; o reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; a racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública, são os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal 2020.

Merece ainda destaque a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente de Portugal, nas suas componentes NACIONAL e REGIONAIS, que identifica as grandes apostas estratégicas inteligentes, que são temas com especialização científica, tecnológica e económica, nos quais Portugal e as suas regiões detêm vantagens comparativas e competitivas ou que revelaram potencial de emergir como tais. O alinhamento com essas estratégias constitui obrigatoriedade na concretização dos investimentos do Portugal 2020 em Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (OT 1) e prioridade noutros casos, como por exemplo, no âmbito dos apoios à competitividade das PME (OT 3).

Para conseguir assegurar os objectivos a que se propõe vai contar com o apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), no âmbito de todos os Programas Operacionais, no período 2014-2020.

A aplicação destes Fundos, ir-se-á repartir por todo o território português, do qual faz parte a Região Alentejo, que por sua vez terá acesso a um conjunto de Programas Operacionais, que lhe proporcionarão diversas oportunidades de investimento, que podem potenciar o desenvolvimento regional nas suas várias vertentes: territorial, económica e social.

Em termos mais concretos, e tendo em vista os objectivos e o contexto anteriormente descrito, têm incidência nesta Região, os seguintes Programas Operacionais:

► Programas Operacionais Temáticos

Capital Humano – PO CH

Competitividade e Internacionalização – PO CI – COMPETE 2020

Inclusão Social e Emprego – PO ISE

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – PO SEUR

- 5 Programas Operacionais Regionais do Continente, sendo de destacar, neste caso, o Programa Operacional Regional do Alentejo, ALENTEJO 2020
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo FEDER.

Além destes, que também fazem parte integrante do Portugal 2020, ainda têm incidência nesta região, os seguintes Programas:

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PDR2020

Programa Operacional Mar 2020 – MAR2020

1.2 ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório irá ser dividido em quatro partes, tal como se descreve em seguida.

I – INTRODUÇÃO

▶ Enquadramento

Breve enquadramento do Portugal 2020, realçando os seus objectivos, descrevendo os programas que o compõem, bem como dos restantes Programas Operacionais que envolvem Fundos Comunitários e que têm incidência na Região do Alentejo.

II – OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Neste ponto serão definidos os objectivos que vão orientar o presente Relatório. E também a metodologia que suporta a realização do mesmo.

III – SÍNTESE MACROECONÓMICA

Apresentação regionalizada de alguns indicadores macroeconómicos presentes nas contas regionais, tais como PIB, PIBpercapita, VAB, VAB por setores, Emprego, Remunerações e Formação Bruta de Capital Fixo, Cálculo de variações anuais e de variações homólogas.

IV – OPERACIONALIZAÇÃO DO PORTUGAL 2020 NO ALENTEJO

Análise comparativa entre Portugal e o Alentejo acerca da situação dos vários Programas Operacionais no que respeita os valores de candidaturas, investimento previsto, investimento elegível, apoio concedido e pagamentos.

Estas análises vão estender-se por quatro níveis distintos.

4.1 Projetos Aprovados

A este nível será feita uma análise por Programa Operacional analisado com recurso a gráficos e quadros, havendo também o cálculo e apresentação de indicadores de execução e desempenho.

Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Europeu contratado e Fundo Europeu pago.

A apresentação será feita: por PO Financiador, Europeu e Prioridade de Investimento.

4.1.1 – Sistemas de Incentivos

Neste capítulo vai fazer-se uma análise muito particular aos sistemas de incentivos e à sua implementação na região.

Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Europeu contratado e Fundo Europeu pago.

A apresentação será feita: por PO Financiador, Setor de Atividade, Dimensão de Empresa, Objeto Temático, Tipologia de Intervenção e Prioridade de Investimento. Também serão apresentados alguns indicadores relativos a Postos de Trabalho, VAB e Volume de Vendas e Negócios Internacionais.

4.2 – Territorialização dos Fundos

Neste ponto vai-se proceder a uma apresentação que visa fundamentalmente mostrar a forma como estão a ser distribuídos e aplicados os fundos europeus no território alentejano. Para isso vão ser construídas tabelas e gráficos da aplicação dos vários programas operacionais com desagregações à NUTS III, retratando o que se passa em termos de candidaturas, aprovações, contratações.

Neste capítulo vai ainda fazer-se uma análise muito particular aos sistemas de incentivos e à sua implementação na região por NUTS III. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Europeu contratado e Fundo Europeu pago.

4.3 – Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial no Alentejo

A este nível será feita uma análise por Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional com recurso a gráficos e quadros, havendo também o cálculo e apresentação de indicadores de execução e desempenho. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível e Fundo Comunitário aprovado. A apresentação será feita por Instrumento Territorial.

V – INDICADORES DE CONTEXTO E CONTRIBUTOS PARA O PNR

5.1 – Informação Estatística

Neste caso optou-se por recorrer a informação de carácter oficial que é produzida dentro de um limite de tempo razoável para poder ser contrastada com a realização do investimento, recorrendo-se para isso, ao Inquérito ao Emprego do INE que produz informação trimestral, a qual se pode fazer coincidir com os dados relativos à execução do Portugal 2020. Desta forma vai utilizar-se a informação produzida pelo INE relativa ao Sistema de Indicadores do Portugal 2020 de modo a

que haja uma breve resenha da evolução dos indicadores de contexto e de realização antes do início da aplicação do Portugal 2020 (2013, para poder fazer uma análise de tendência com alguma distância temporal) com dados disponíveis, os mais recentes, relativamente a alguns indicadores, relativos ao território, à economia e às pessoas, procurando também fazer uma avaliação do contributo da aplicação dos Fundos Europeus nesta região para o Plano Nacional de Reformas.

VI – CONCLUSÕES

Análise sistemática dos principais pontos fortes e pontos fracos resultantes das análises efectuadas nos capítulos anteriores, bem como, identificação das linhas de força que resultam deste relatório.

2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1 - OBJETIVOS

O presente trabalho irá se desenvolvido, tendo por referência os seguintes objectivos:

- Identificar a aplicação de Fundos no território que corporiza a Região do Alentejo, considerando os dados disponíveis.
- Sistematizar e analisar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região por Sectores de Actividade.
- Analisar a distribuição de Fundos Europeus pelo Território.
- Avaliar o impacto da aplicação dos Fundos nesta Região.

2.2 METODOLOGIA

A partir da informação recolhida far-se-á uma sistematização e análise da mesma, recorrendo a estatísticas simples tendo sempre presentes níveis analíticos que permitam descrever e explicar a forma de aplicação dos Fundos Europeus na Região Alentejo. Partindo destes pressupostos pretende-se construir:

- 1 – Tabelas que permitam observar a aplicação dos Fundos Europeus a vários níveis, (Programa, Território, Aviso, Objetivo Temático, Prioridade de Investimento e Tipologia de Intervenção, Sector de Actividade).
- 2 – Uma sequência de gráficos que permitam uma leitura imediata dos dados naquelas variáveis cuja apresentação seja mais pertinente e esclarecedora.
- 3 – Um conjunto de cruzamento de informação que permita identificar a distribuição dos Fundos Europeus pelas NUTS III que compõem o Alentejo.
- 4 – Uma síntese da evolução de um conjunto sistematizado de indicadores de resultado e de contexto.

2.3 INFORMAÇÃO

Para a realização do Relatório, tendo em conta a aplicação dos Fundos nesta região, é necessário que seja recolhida informação relativa a cada um deles e a todos em conjunto. A informação a recolher deverá ser o mais actualizada possível desagregada por:

- Programa Operacional – Aviso, Objetivo Temático, Prioridade de Investimento e Tipologia de

Intervenção.

- NUTS III.
- Sector de Actividade Económica (CAE a 5 dígitos).

E terá primordialmente as seguintes fontes de Informação:

- Dados obtidos a partir do SGO Portugal 2020.
- Conta Corrente do Balcão 2020.
- Dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.
- Dados recolhidos a partir dos Relatórios Anuais de Execução dos vários Programas Operacionais.
- Sistema de Indicadores do Portugal 2020 – INE.

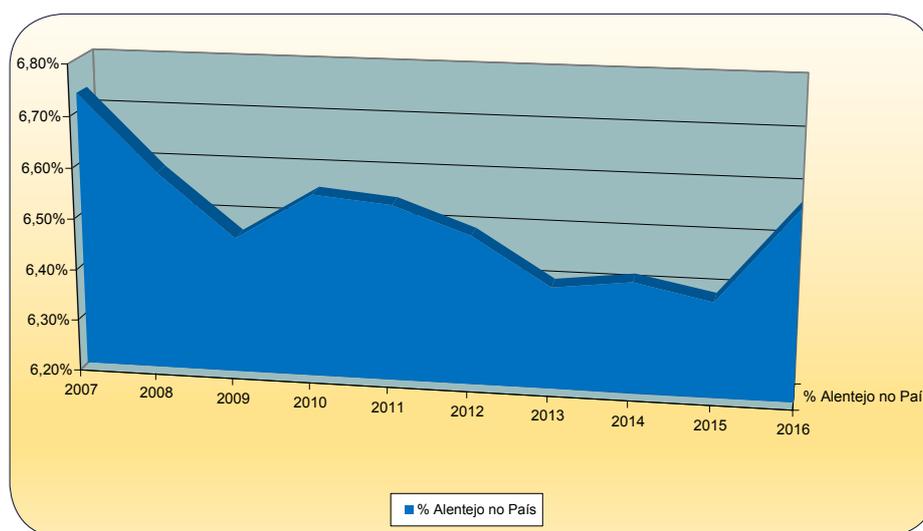
Neste caso concreto utilizou-se informação recolhida a 31 de Dezembro de 2017, ou para o caso dos indicadores a última informação disponível.

3 – SÍNTESE MACROECONÓMICA

3.1 - PIB

Em Portugal o Produto Interno Bruto a preços correntes nos últimos 10 anos sofreu variações consideráveis, ainda assim apresenta um crescimento próximo de 6% no período que medeia entre 2007 e 2016. Nesse mesmo período, no Alentejo, esse indicador também registou algumas variações, mais significativas que as registadas a nível nacional, e apesar de ter crescido fê-lo de forma mais comedida.

Gráfico 3.1 – Evolução do Peso do PIB Regional no PIB Nacional



A observação do gráfico é esclarecedora, pois no mesmo verifica-se uma redução do peso do PIB regional no nacional, indicativa do menor crescimento registado no PIB do Alentejo.

Realizando o mesmo tipo de análise para a realidade regional, ao nível da NUTS III, constata-se que surgem duas situações distintas. Em primeiro lugar destacam-se duas NUTS III (Baixo Alentejo e Alentejo Litoral), que apresentam um conjunto de crescimentos do PIB alternados, umas vezes superiores à média regional, outras vezes inferiores. Em segundo lugar, verifica-se que as restantes NUTS III apresentam níveis de crescimento muito em torno da média regional, normalmente ligeiramente inferiores à mesma. O gráfico seguinte permite observar tudo o que se explanou.

Gráfico 3.2 – Evolução do PIB Inter-regional

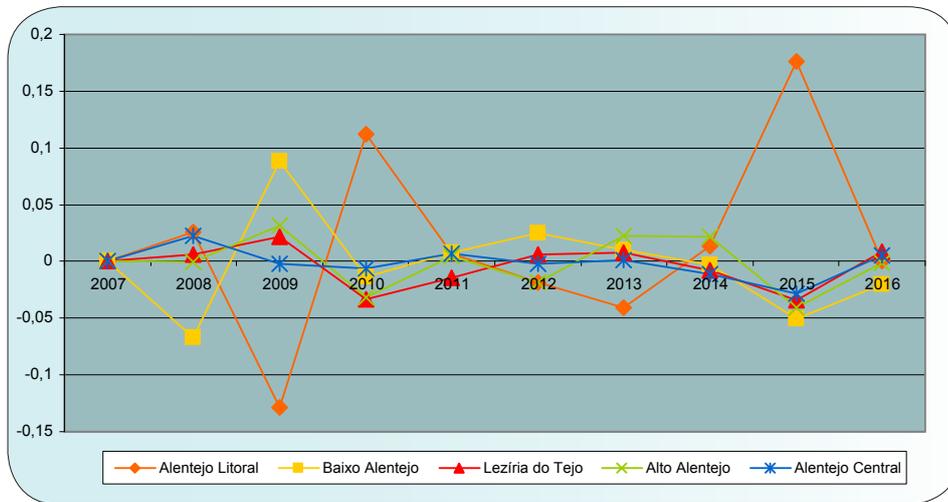
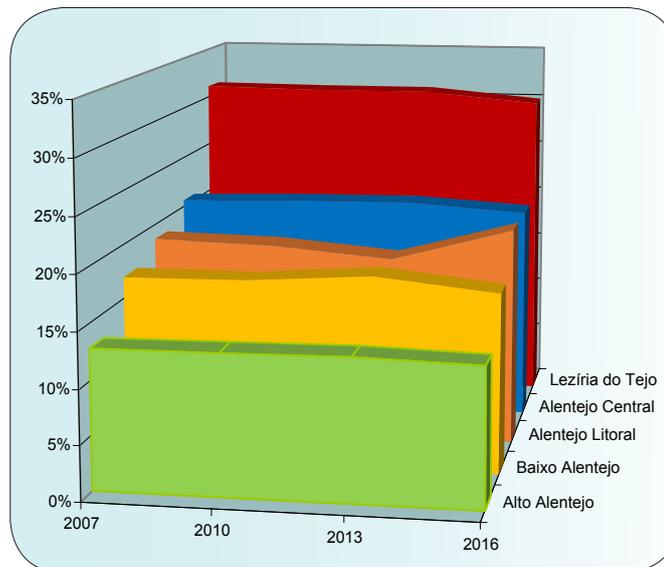


Gráfico 3.3 – Contributo de cada NUTS III para o PIB Regional



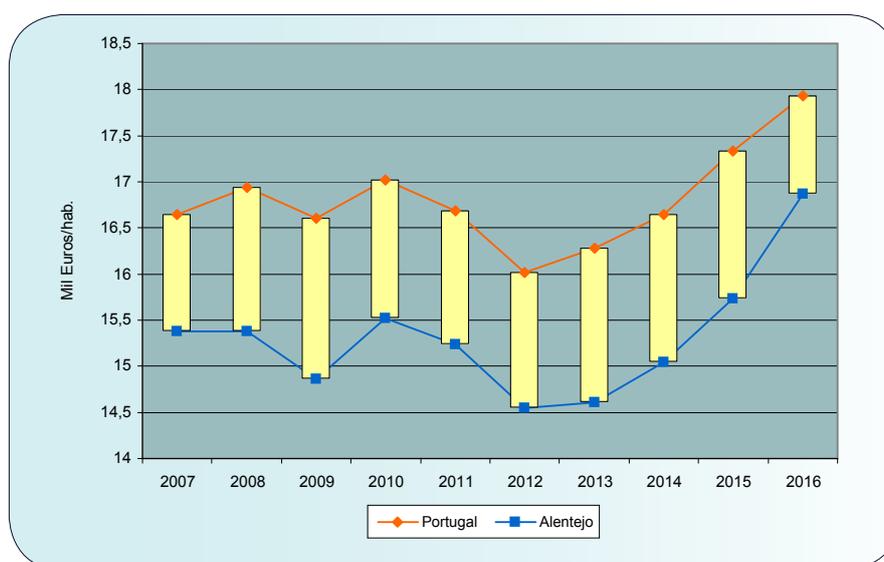
Contudo, apesar dos diferenciais de crescimento que se registaram, verifica-se que não há grandes alterações nos contributos de cada uma das NUTS III para o PIB regional.

3.2 - PIB PER CAPITA

À semelhança do que sucede com o PIB também o PIB per capita regista uma evolução diferenciada, ao longo do período em análise, registando na Região Alentejo valores inferiores aos que

se verificam para a média nacional. Contudo, a partir de 2012 esta Região apresenta uma taxa média anual de crescimento (3%) superior à verificada para o total nacional (2,3%). No final deste período, em termos absolutos, o diferencial que se registava entre o PIB per capita de Portugal e o PIB per capita da Região Alentejo é de 1,07 mil euros, quando no início do período essa diferença era de 1,47 mil euros.

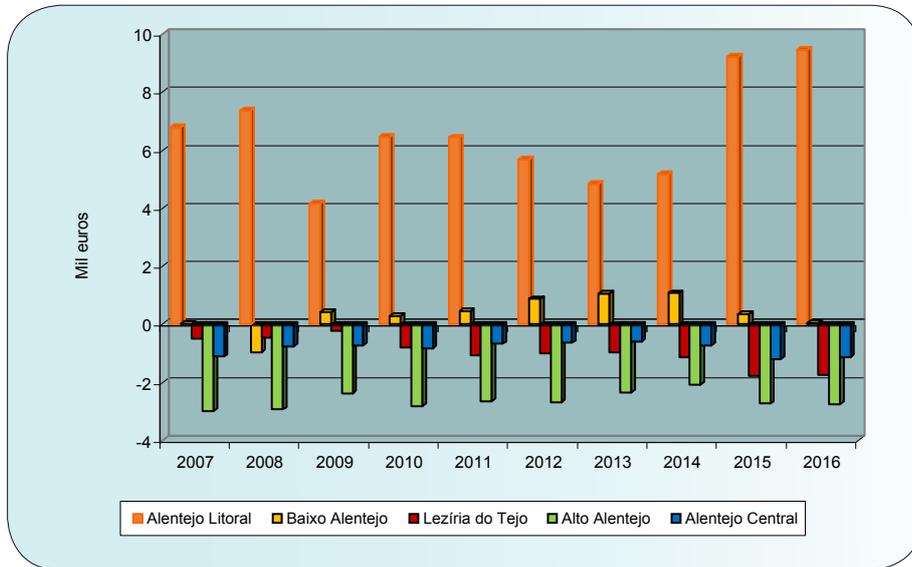
Gráfico 3.4 – Evolução do PIB per capita Regional e do PIB per capita nacional



Relativamente ao crescimento observado no PIB per capita, quer a nível nacional, quer a nível regional, fez-se uma análise para isolar os efeitos da população, que se encontra em declínio e PIB que se encontra em expansão. Como resultado dessa análise, no que respeita ao país no período de 5 anos (2012 – 2016), 10% do crescimento observado deve-se ao acréscimo do PIB e cerca de 2% deve-se à redução da população. Por sua vez, no que respeita ao Alentejo, 11,3 % são devidos ao crescimento do PIB e 4,2% são explicados pela redução da população.

Quanto à variação do PIB per capita no seio das NUTS III do Alentejo deparam-se duas situações distintas. A primeira das quais para o Alentejo Litoral e para o Baixo Alentejo, que tradicionalmente apresentam valores superiores à média regional, com particular destaque para o Alentejo Litoral cujos valores superam em mais de 30% aquela média. Por sua vez as restantes NUTS III apresentam valores de PIB per capita inferiores aos registados para o Alentejo. O gráfico seguinte, no qual se calculam os índices de disparidade (PIB per capita NUTS III – PIB per capita Região Alentejo), evidencia e comprova o que se acabou de afirmar.

Gráfico 3.5 – Índices de Disparidade no PIB per capita nas NUTS III

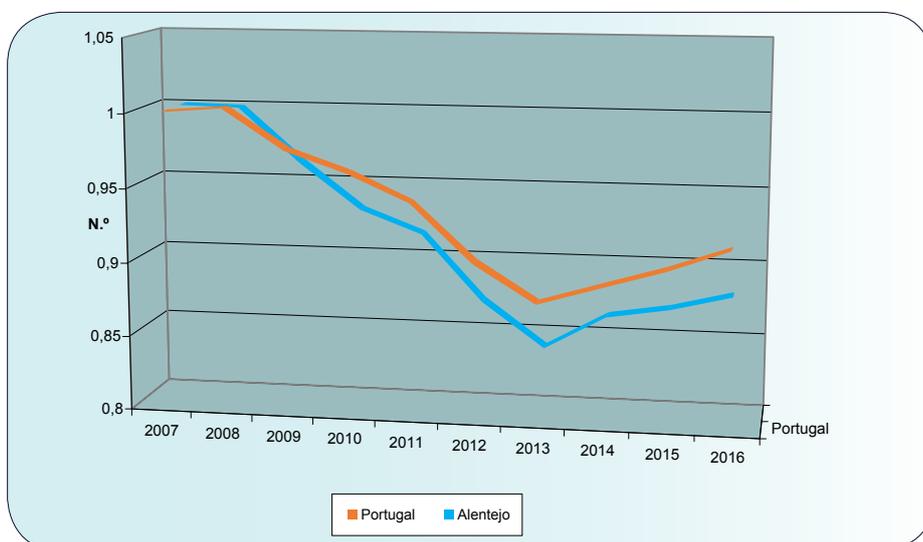


3.3 – EMPREGO

O número de empregados em Portugal tem vindo a registar quebras ao longo dos últimos 10 anos.

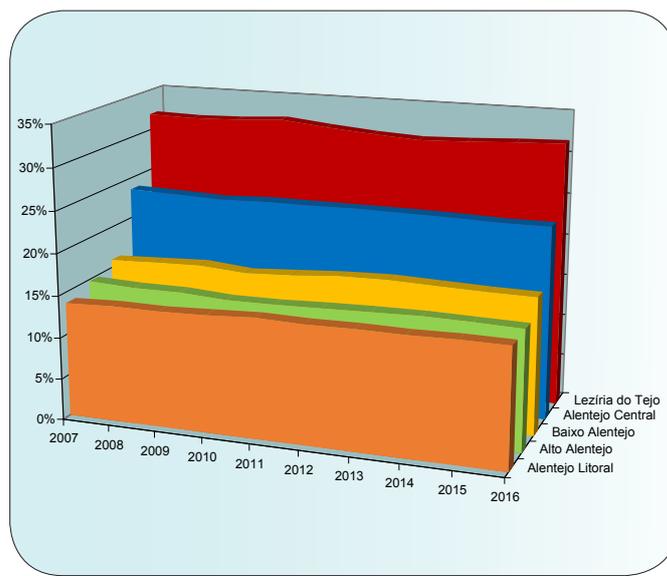
Contudo, ao nível da Região Alentejo as quebras ainda são mais acentuadas que as verificadas a nível nacional, uma vez que esta região viu reduzido o emprego em cerca de 12% em 10 anos, por oposição à redução de 8% que se verificou na média nacional.

Gráfico 3.6 – Evolução do emprego em Portugal e no Alentejo



No que respeita à variação intra-regional constata-se que todas a NUTS III perderam emprego, sendo essas perdas mais significativas, no Alto Alentejo com 14% e na Lezíria do Tejo e Alentejo Central, com perdas de 13%.

Gráfico 3.7 – Peso do emprego nas NUTS III do Alentejo

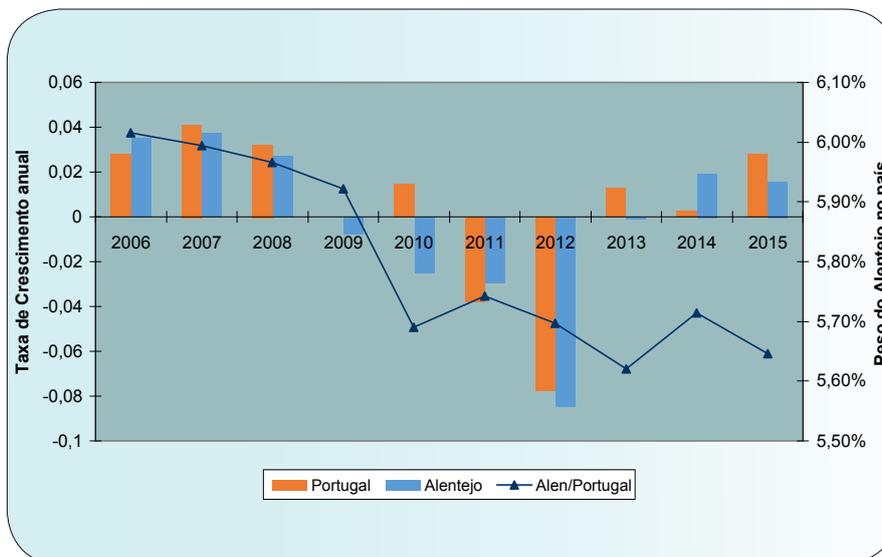


Quando se avalia o peso do emprego por NUTS III observa-se que ao longo dos anos este sofreu alterações muito ligeiras, conforme o apresenta o gráfico 3.7, no qual as linhas são praticamente retas indiciando que as alterações são muito ligeiras no peso de cada sub-região no total do emprego regional.

3.4 – REMUNERAÇÕES

No que respeita às remunerações, deteta-se que sofreram variações de ano para ano, havendo um período de crescimento relativamente ao ano anterior entre 2006 e 2008, depois um período de sucessivos decréscimos entre 2009 e 2012, havendo novamente crescimento no seu valor a partir de 2013. De salientar que neste indicador em particular os valores da Região Alentejo acompanham as variações que se registam a nível nacional.

Gráfico 3.8 – Variação anual das Remunerações e peso do Alentejo no total



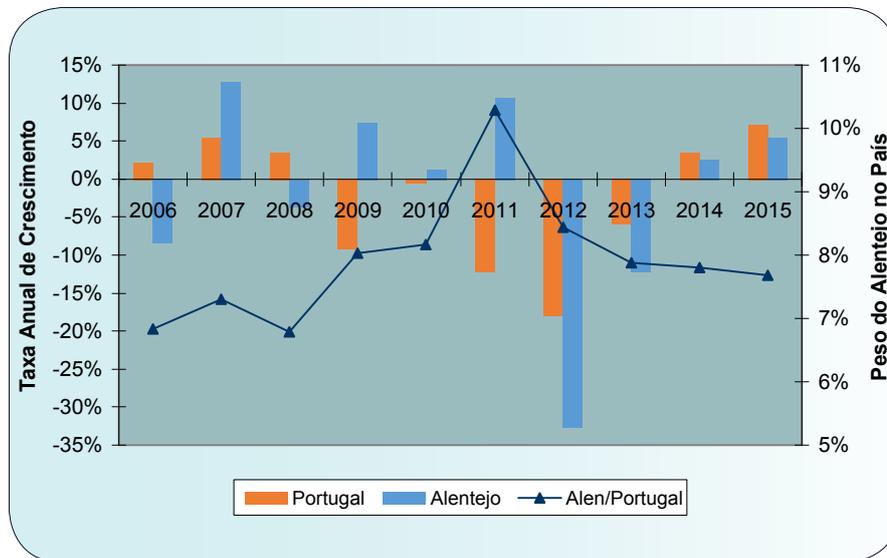
Relativamente ao peso das remunerações no Alentejo face ao País (eixo da direita), verifica-se que nesta região houve um decréscimo a partir de 2009, e as remunerações pagas na Região passaram de cerca de 6% para 5,6% do total nacional.

3.5 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

A Formação Bruta de Capital fixo intimamente ligada ao investimento, ao longo deste período sofreu várias alterações, que se traduziram em termos concretos numa redução do seu valor relativamente ao ano de partida (2006) em cerca de 9,5 mil milhões de euros, que corresponde a um decréscimo de cerca de 26.5% do valor inicial. Destes, 0,4 mil milhões ocorreram no Alentejo, valor que se traduz num decréscimo de 16%. Os decréscimos mais acentuados verificaram-se a partir de 2009 e tiveram como resultado uma retração no investimento e consequentemente no PIB.

Em termos de peso relativo constata-se que a Região Alentejo, exceção feita a alguns anos, mantém valores próximos do 8% do total nacional neste indicador, apesar de a partir de 2011 vir a registar um ligeiro decréscimo.

Gráfico 3.9 – Variação anual da FBCF e peso do Alentejo no total

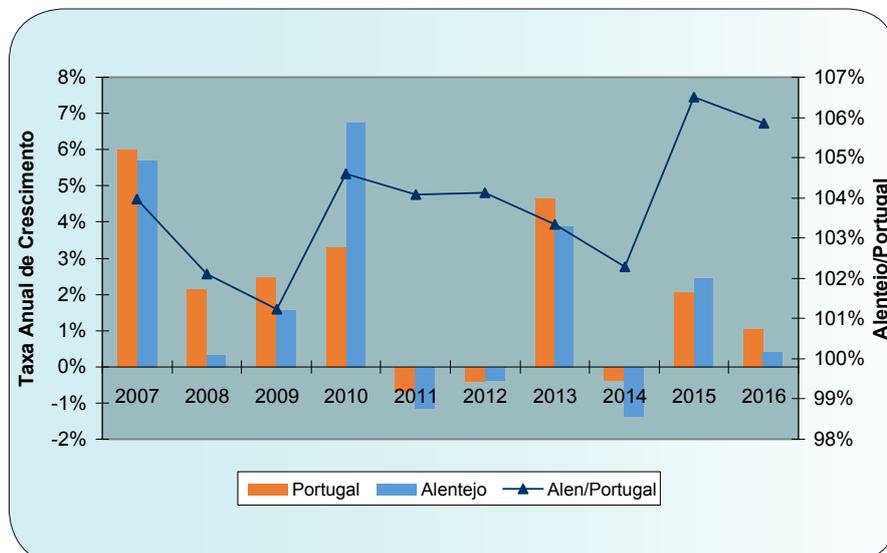


3.6 – PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO

À semelhança do que acontece com a maior parte dos indicadores, a produtividade aparente do trabalho também sofreu alterações no seu crescimento ao longo do período em análise. E tal como os restantes também conheceu um período de contração entre 2011 e 2012 e também em 2014.

Os valores relativos à Região Alentejo acompanham as variações sofridas pelos valores globais

Gráfico 3.10 – Variação anual da Produtividade



De referir que a produtividade aparente do trabalho observada nesta região (Eixo da direita) tem mantido valores superiores em 2 a 3% relativamente aos observados para a média nacional, chegando nos últimos anos a valores superiores a 5% relativamente aos observados para o País.

4 – OPERACIONALIZAÇÃO DO PORTUGAL 2020 NO ALENTEJO

Neste ponto vai ser traçada uma breve panorâmica da situação dos projetos submetidos que envolvem a Região Alentejo, seja por se desenvolverem na sua totalidade nesta região, seja por envolverem esta região conjuntamente com outras regiões do País.

A programação financeira definida para o Portugal 2020, cuja aplicação se prolongará até 2022, aponta para uma utilização de Fundos Europeus que ascendem a 25,8 mil milhões de euros essencialmente repartidos por PO Temáticos (46,1%), PO Regionais do Continente (30,1%) e PDR 2020 (15,7%). Deste montante, o Alentejo 2020 tem um valor de Fundos Europeus atribuídos que ascende a cerca de 1083 milhões de euros, valor que corresponde 4,2% do total da Programação Financeira de Fundos Europeus para o Portugal 2020.

Quadro 4.1 – Programação financeira do Portugal 2020

	Número de Operações	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	
PORTUGAL 2020	32.506	18.013	12.131	100,0
PO Temáticos	16.032	10.790	7.605	62,7%
PO Capital Humano	2.960	2.517	2.139	17,6%
PO Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020	6.615	5.478	3.105	25,6%
PO Inclusão Social e Emprego	4.050	1.209	1.057	8,7%
PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	2.407	1.587	1.304	10,7%
PO Regionais do Continente	13.101	5.568	3.486	28,7%
PO Alentejo 2020	1.623	608	411	3,4%

Fonte: ADC - Monitorização do Portugal 2020 - quadro por NUTS III

Em termos globais constata-se que, desde o início deste Quadro Comunitário até ao final de 2017, foram aprovadas mais de 32 mil operações, que pressupõem a utilização de mais de 12 mil milhões de euros de Fundos Europeus. De entre todos os PO destaca-se o PO CI que por si só mobiliza mais de um quarto dos Fundos Europeus aprovados ao abrigo do Portugal 2020.

Quadro 4.2 – Programação financeira do Portugal 2020 na Região Alentejo

	Número de Operações	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	
PORTUGAL 2020	3.610	1.588	1.107	100,0%
PO Temáticos	1.987	980	696	62,9%
PO Capital Humano	425	228	194	17,5%
PO Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020	591	449	254	22,9%
PO Inclusão Social e Emprego	598	134	117	10,5%
PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	373	169	132	12,0%
PO Alentejo 2020	1623	608	411	37,1%

Fonte: ADC - Monitorização do Portugal 2020 - quadro por NUTS III

No que respeita à Região do Alentejo verifica-se que estão aprovadas 3.610 operações as quais pressupõem um investimento elegível próximo dos 1.600 milhões de euros, o qual vai mobilizar mais de 1.100 milhões de euros de fundos europeus.

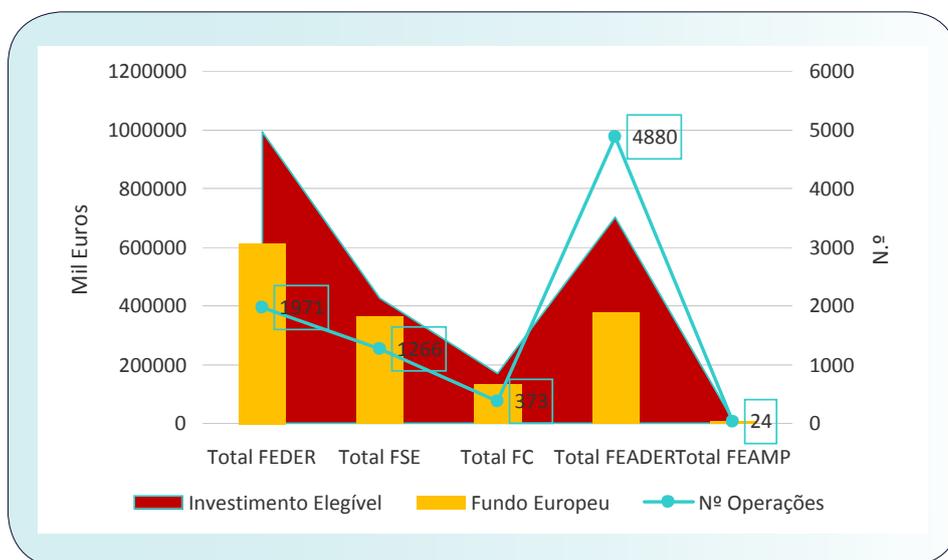
Em termos de relevância, o Alentejo 2020 com 37% do total de fundos europeus comprometidos para esta região, destaca-se dos restantes, de entre os quais se evidencia o COMPETE 2020 com cerca de 23% do total de fundos europeus comprometidos.

4.1 PROJETOS APROVADOS

Antes de se proceder à apresentação de valores respeitantes a operações aprovadas na Região do Alentejo, convém salientar que a informação fornecida pela ADC tem como base a localização do promotor das operações e não a sua incidência territorial.

De acordo com os dados analisados, no final de 2017 na Região Alentejo, encontravam-se aprovadas, em todos os PO analisados, 8514 operações que pressupunham um investimento elegível próximo dos 2.302 milhões de euros e podem mobilizar perto de 1.500 milhões de euros de Fundos Europeus.

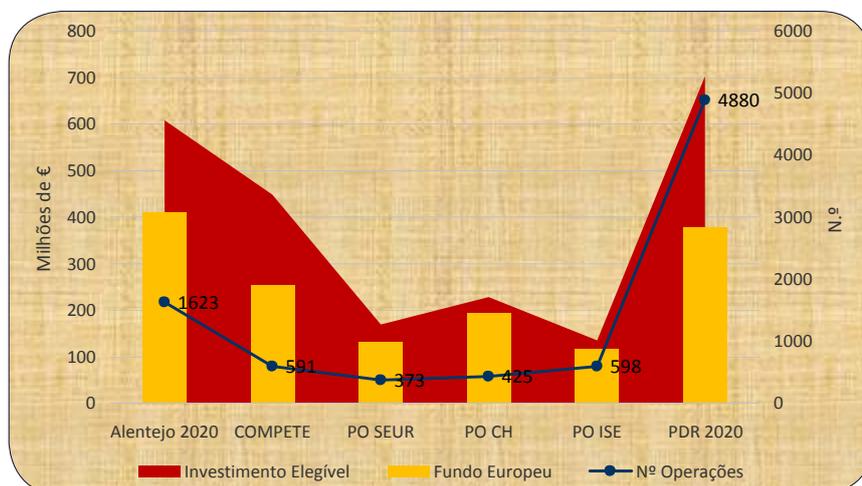
Gráfico 4.1 – Operações Aprovadas na Região Alentejo por Fundo Europeu



Da análise efetuada constata-se que o FEADER é o fundo europeu com maior número de operações aprovadas na região, representando cerca de 57% do total. O FEDER, com 613 milhões de euros, e o FEADER, com 376 milhões de euros, são responsáveis por cerca de 2/3 dos fundos europeus mobilizados no Alentejo, em termos de aprovações.

Ao nível dos principais Programas Operacionais que se encontram em execução com impacto na Região Alentejo, verifica-se que o PDR 2020 e o Alentejo 2020 predominam relativamente aos restantes, pois em conjunto detêm mais 75% das operações aprovadas, 57% do investimento elegível aprovado e 53% dos fundos europeus aprovados.

Gráfico 4.2 – Operações Aprovadas na Região Alentejo por PO Financiador

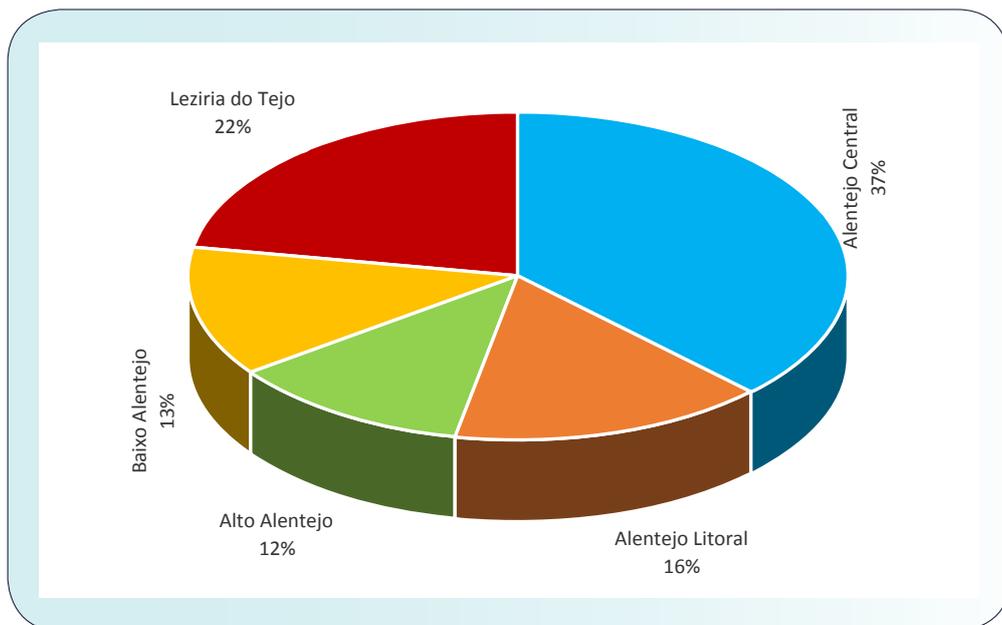


A nível dos restantes programas, tendo como base as variáveis analisadas, constata-se que o Alentejo 2020 tem alguma primazia relativamente aos restantes em todas elas.

Para se ter uma imagem bem mais precisa da atuação dos diversos fundos europeus na região e com o objetivo de determinar a sua incidência mais localizada, fez-se uma análise da repartição dos diversos fundos europeus por NUTS III. Sendo os resultados apresentados nos gráficos seguintes.

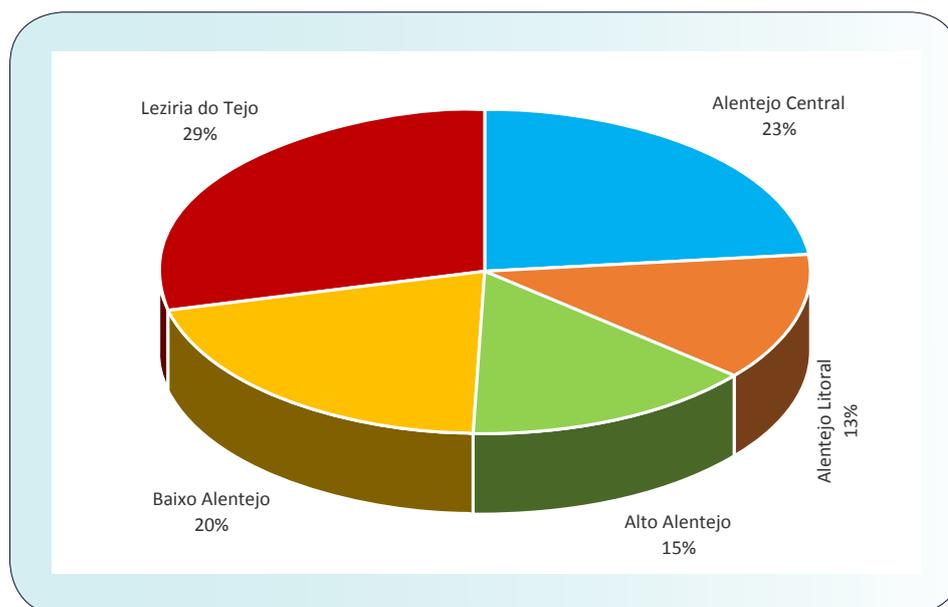
No que diz respeito ao FEDER, constata-se que a maior parte dele (37%) se encontra mobilizado para apoiar as operações aprovadas na NUTS III Alentejo Central. Esta NUTS III em conjunto com a Lezíria do Tejo detém cerca de três quintos do total deste fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas em ambas.

Gráfico 4.3 – Distribuição do FEDER aprovado no Alentejo por NUTS III



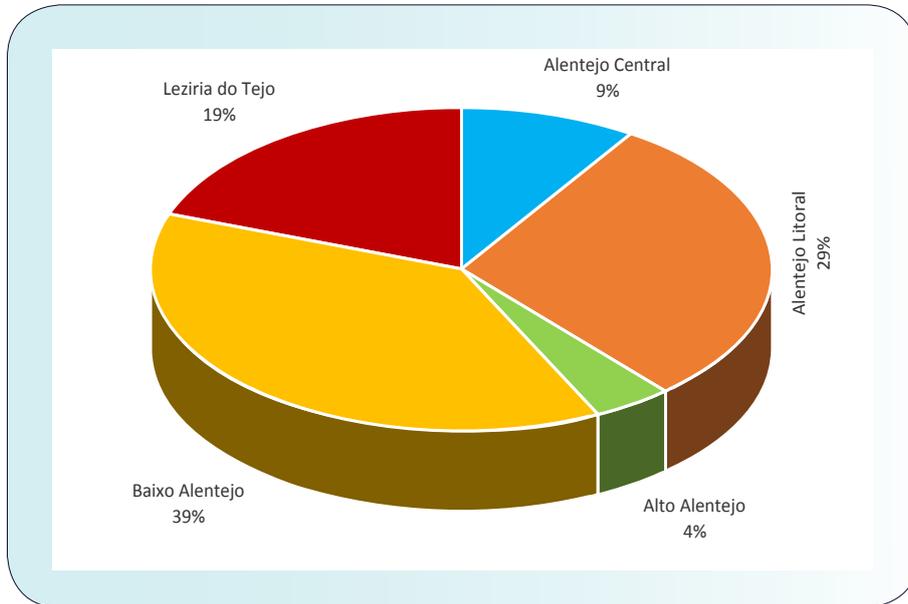
Ao nível do FSE, destacam-se das restantes três NUTS III, Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo que entre elas concentram mais de 70% deste fundo europeu destinado a apoiar a promoção do emprego e a aquisição de novas competências. Em termos individuais, a Lezíria do Tejo destaca-se das demais sendo a NUTS III mais dinâmica na mobilização deste fundo europeu, em particular.

Gráfico 4.4 – Distribuição do FSE aprovado no Alentejo por NUTS III



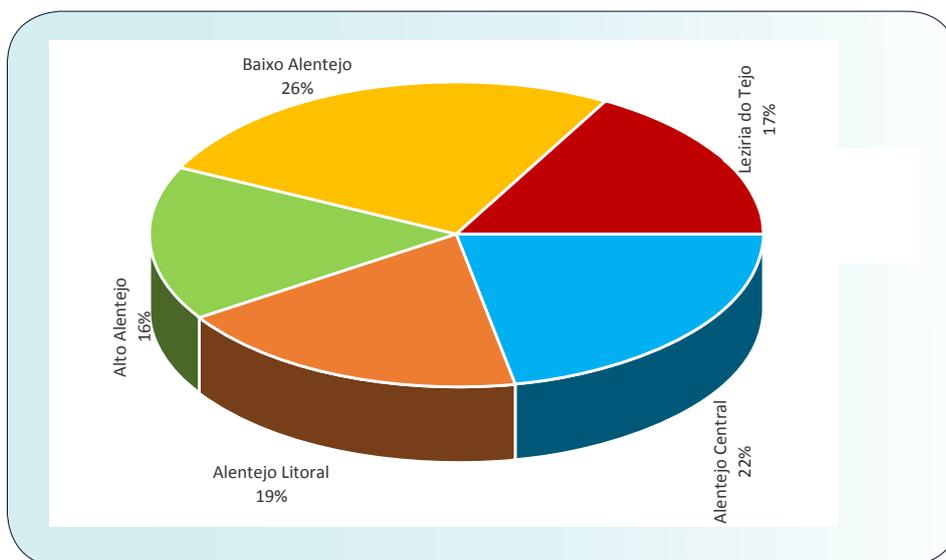
Relativamente ao Fundo de Coesão destaca-se das demais NUT III o Baixo Alentejo, que detém 38% do total deste fundo europeu mobilizado para apoiar as operações aprovadas na região. De referir que a distribuição deste fundo na região se encontra concentrada em três da NUTS, que, para além da já citada, compreende ainda a Lezíria do Tejo e o Baixo Alentejo, e que a sua utilização se encontra muito associada a projetos no âmbito da Tipologia de Intervenção do Ciclo Urbano da Água.

Gráfico 4.5 – Distribuição do Fundo de Coesão aprovado no Alentejo por NUTS III



Por fim, no que respeita ao FEADER, verifica-se que a repartição dos fundos se encontra relativamente bem distribuída por todas as NUTS III da região, com destaque para o Baixo Alentejo, fruta da influência do EFMA.

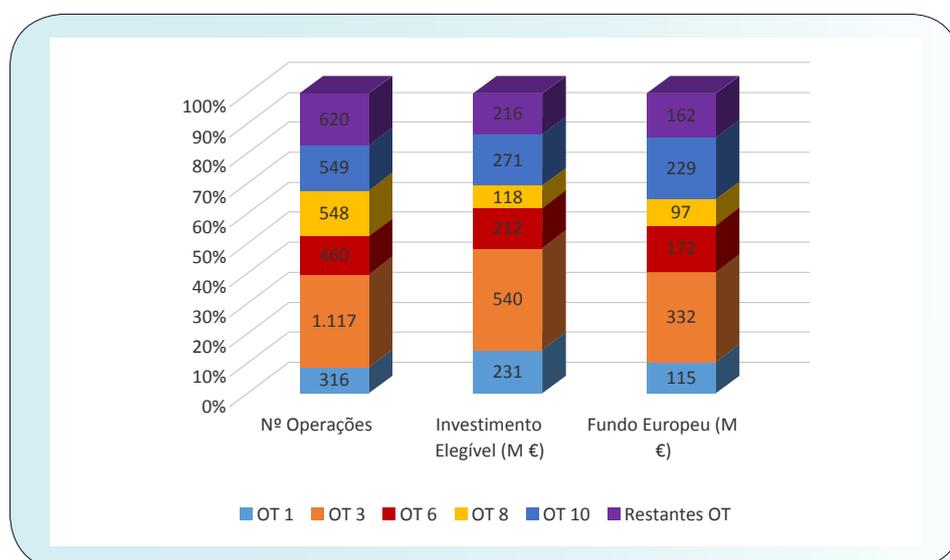
Gráfico 4.6 – Distribuição do FEADER aprovado no Alentejo por NUTS III



No âmbito do Portugal 2020, realizou-se uma análise por Objetivo Temático tendo sido analisados os cinco mais representativos que, no caso do Alentejo, são: OT 1 - Reforço da investigação,

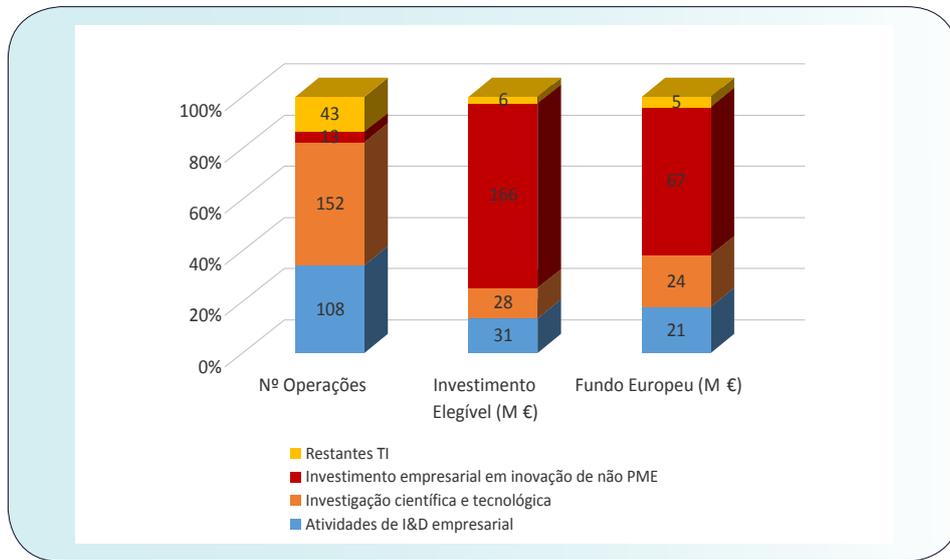
do desenvolvimento tecnológico e da inovação; 3 - Reforço da competitividade das PME; 6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos; 8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores; e 10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida e que, em conjunto, correspondem a 83% do total de operações, 86% do investimento elegível aprovado e 85% dos fundos europeus aprovados ao abrigo do Portugal 2020. Dentro destas, destaca-se a OT 3 que concentra mais de 31% do total de operações aprovadas, 34% do investimento elegível e 30% do apoio aprovado para financiar as operações.

Gráfico 4.7 – Monitorização do Portugal 2020 no Alentejo por OT



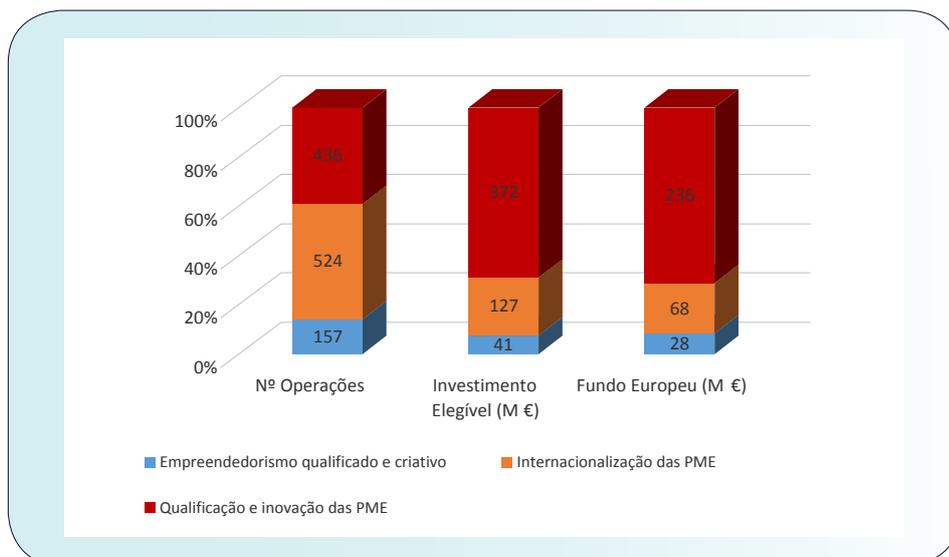
Para cada um dos cinco Objetivos Temáticos mais relevantes, foi feita uma análise ao nível das Tipologias de Investimento mobilizadas e qual o seu grau de mobilização.

Gráfico 4.8 – Monitorização do Portugal 2020 no Alentejo por TI na OT1



Conforme se pode constatar ao nível do Objetivo Temático 1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, há três TI que se destacam: Atividades de I&D empresarial, Investigação científica e tecnológica, e Investimento empresarial em inovação de não PME. Com particular relevância para a terceira que concentra mais de 72% do Investimento elegível e cerca de 58% do apoio concedido às operações aprovadas.

Gráfico 4.9 – Monitorização do Portugal 2020 no Alentejo por TI na OT3

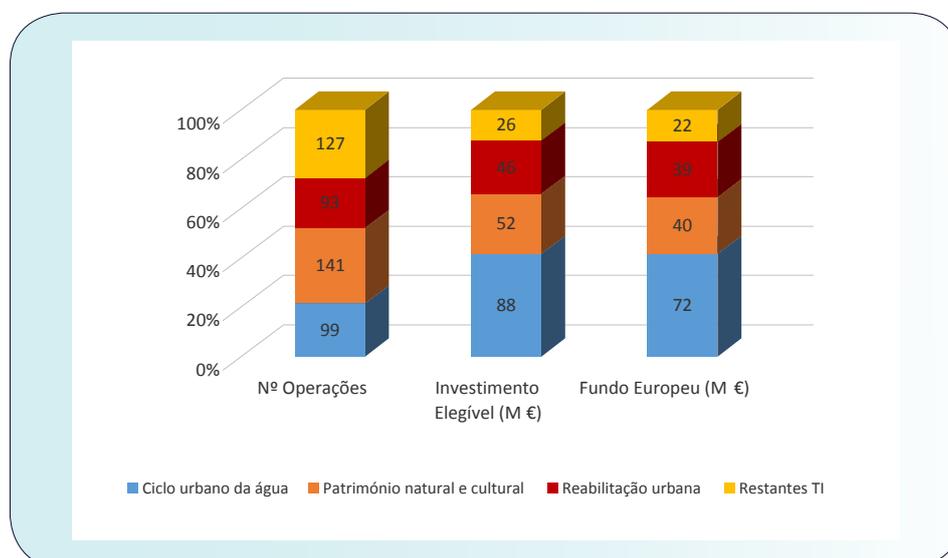


Já no que respeita ao Objetivo Temático 3 - Reforço da competitividade das PME, o destaque vai as três Tipologias de Intervenção que podem ser mobilizadas no âmbito deste OT: Empreendedorismo qualificado e criativo, Internacionalização das PME, e Qualificação e inovação das PME.

De referir que a TI Qualificação e Inovação das PME, se destaca das demais, pois por si só assume cerca de 70% do investimento elegível e dos fundos europeus mobilizados para o apoiar.

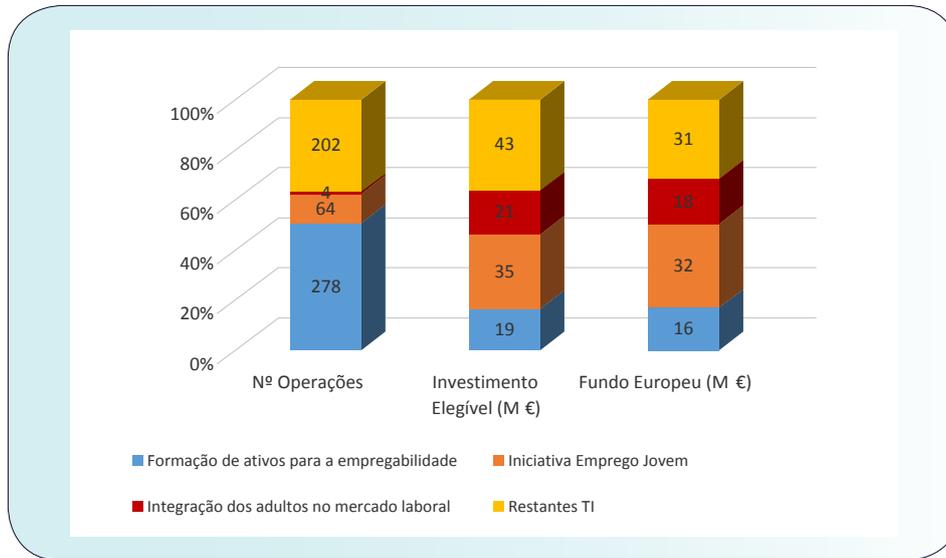
Quanto ao Objetivo Temático 6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos, as três Tipologias de Intervenção mais representativas são: Ciclo urbano da água, Património natural e cultural, e Reabilitação urbana. Estas três, em conjunto, representam 87% do Investimento elegível e dos fundos europeus mobilizados para o apoiar. Em contrapartida, a TI Ciclo Urbano da Água por si só representa mais de 40% dos fundos europeus aprovados para apoiar as operações neste OT.

Gráfico 4.10 – Monitorização do Portugal 2020 no Alentejo por TI na OT6



O Objetivo Temático 8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores, apresenta uma maior dispersão nas Tipologias de Intervenção, ainda assim, as três Tipologias de Intervenção mais representativas: Formação de ativos para a empregabilidade, Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos adultos no mercado laboral, concentram cerca de 70% do investimento elegível e dos Fundos Europeus mobilizados para apoio.

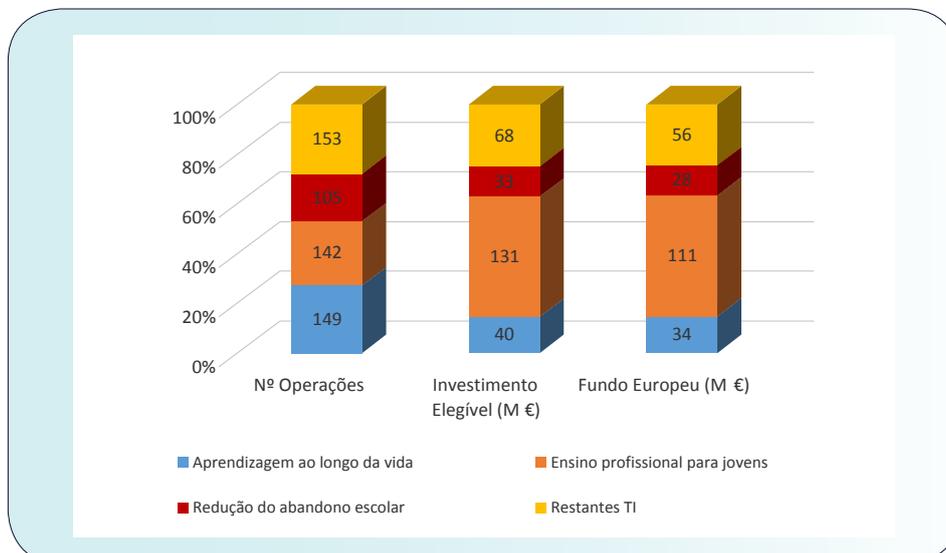
Gráfico 4.11 – Monitorização do Portugal 2020 no Alentejo por TI na OT8



A nível individual destacam-se das demais a Formação de Ativos para a Empregabilidade, que concentra mais de metade das operações e a TI Iniciativa Emprego Jovem, que detém cerca de 30% do investimento elegível nesta OT e mais de 33% dos fundos europeus destinados a apoiar as operações aprovadas.

À semelhança dos anteriores, o Objetivo Temático 10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, também concentra grande parte das operações (75%), do investimento e do incentivo nas três tipologias de Intervenção mais representativas: Aprendizagem ao longo da vida, Ensino profissional para jovens e Redução do abandono escolar.

Gráfico 4.12 – Monitorização do Portugal 2020 no Alentejo por TI na OT10



A nível individual destaca-se das demais o Ensino Profissional para Jovens, que concentra cerca de 50% do investimento elegível nesta OT e dos fundos europeus destinados a apoiar as operações aprovadas.

4.1.1 – SISTEMAS DE INCENTIVOS

Os sistemas de incentivos constituem um caso particular dentro dos programas financiadores que operam no Alentejo, pois estão intimamente associados às medidas com maior volume de dotação de fundo no âmbito do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização. Por este motivo e pela qualidade da informação disponível vão ser alvo de uma análise individualizada. De salientar que estas medidas no Alentejo são transversais a dois programas ao COMPETE 2020 e também ao ALENTEJO 2020.

Quadro 4.3 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por OT

	Número de Operações	Investimento Total	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
	N.º	M euros	M euros	M euros	
Total	1.008	1.004	916	505	100,0
OT 1	104	270	265	125	24,8%
OT 3	904	734	651	379	75,2%

Fonte: SGO - Monitorização dos projetos

No âmbito dos Sistemas de Incentivos estão aprovados para a Região do Alentejo mais de mil projetos que poderão mobilizar mais de 500 milhões de euros de fundos europeus. Dentro destes, destaca-se o Objetivo Temático 3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, que detêm cerca de 90% dos projetos, 73% do investimento total, e 75% dos Fundos Europeus aprovados. O Objetivo Temático 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, apresenta valores mais modestos, mas ainda assim com algum significado regional.

No que respeita às prioridades de investimento (PI) verifica-se que estas medidas mobilizam 4 PI (1.2; 3.1; 3.2; e 3.3)

Quadro 4.4 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por PI

	Número de Operações	Investimento Total	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
	N.º	M euros	M euros	M euros	
Total	1.008	1.004	916	505	100,0%
PI 1.2	104	270	265	125	24,8%
PI 3.1	141	19	17	13	2,5%
PI 3.2	401	301	270	137	27,1%
PI 3.3	362	414	364	230	45,6%

Fonte: SGO - Monitorização dos projetos

A nível do número de projetos aprovados, destacam-se as PI 3.2 – “O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização” e 3.3 – “A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços” que, em conjunto, detêm cerca de 76% das candidaturas aprovadas. No que respeita a investimento, além das PI já referidas também se destaca a PI 1.2 – “O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu”, que detêm cerca de 30%, quer do investimento total, quer do investimento elegível. Já no que respeita a incentivo aprovado e pagamentos efetuados volta a destacar-se a PI 3.3.

Quanto às Tipologias de Intervenção, neste conjunto de medidas são mobilizadas cinco: 47 - Atividades de I&D empresarial, 49 - Investimento empresarial em inovação de não PME, 51 - Empreendedorismo qualificado e criativo, 52 - Internacionalização das PME e 53 - Qualificação e inovação das PME. De entre todas elas, a que assume menor expressão é a 51, com valores que representam menos de 3% em todas as variáveis analisadas. Relativamente às restantes quatro TI, assume particular relevância a TI 53, pois apresenta valores consideráveis em todas as variáveis e sempre superiores a 40% e representa mais de 45% dos fundos europeus mobilizados a nível de incentivo.

Quadro 4.5 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por TI

	Número de Operações	Investimento Total	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
	N.º	M euros	M euros	M euros	
Total	1.008	1.004	916	505	100,0
TI 47	90	80	77	49	9,7%
TI 49	14	191	188	76	15,1%
TI 51	141	19	17	13	2,5%
TI 52	401	301	270	137	27,1%
TI 53	362	414	364	230	45,6%

Fonte: SGO - Monitorização dos projetos

Esta distribuição das candidaturas aprovadas e dos valores de investimento e de fundos europeus aprovados apontam claramente no sentido da Inovação, qualificação e internacionalização das PME.

Na sequência da apresentação dos resultados dos Sistemas de Incentivos também se fez um apuramento dos mesmos por NUTS III, convém esclarecer, contudo, que unicamente se entrou em linha de conta com as operações que tinham como localização apenas a NUTS III respetiva, não se contabilizando as operações que decorrem em mais que uma NUTS III. Por este motivo a informação recolhida diz respeito a cerca de 70% dos valores totais que são apresentados para esta região.

Quadro 4.6 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por NUTS III

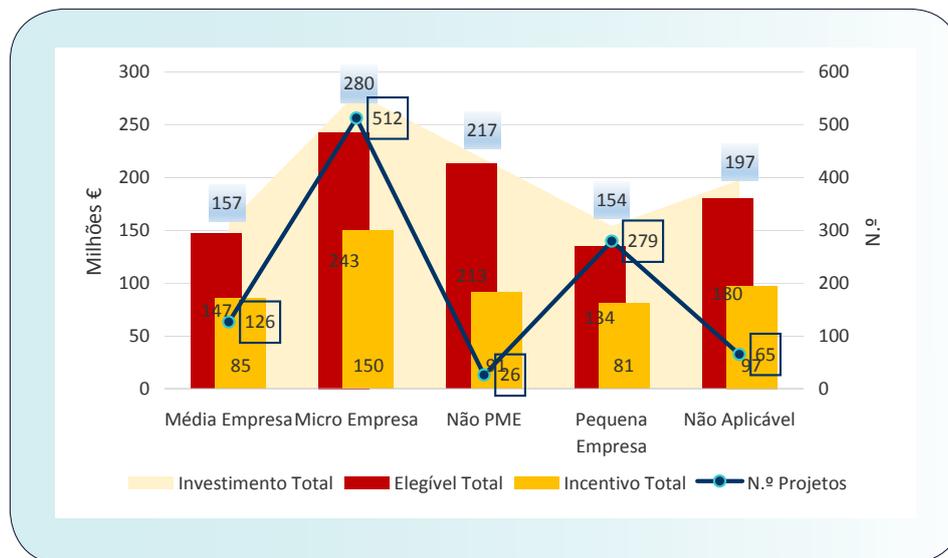
	Número de Operações	Investimento Total	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
	N.º	M euros	M euros	M euros	
Total	1.008	1.004	916	505	100,0
Alto Alentejo	104	65	59	33	6,4%
Alentejo Central	274	294	278	138	27,4%
Baixo Alentejo	108	73	64	38	7,5%
Alentejo Litoral	95	110	96	61	12,2%
Lezíria do Tejo	318	169	145	80	15,9%
Multirregiões Alentejo	6	10	10	6	1,2%

Fonte: SGO - Monitorização dos projetos

Em termos analíticos constata-se que se destacam das restantes a Lezíria do Tejo, que é a que apresenta maior número de operações aprovadas e o Alentejo Central que predomina em todas as outras variáveis. Podendo mesmo afirmar-se que estas duas NUTS III são as que apresentam maior dinâmica na mobilização de fundos europeus, pois mobilizam mais de três quintos destes fundos no Alentejo.

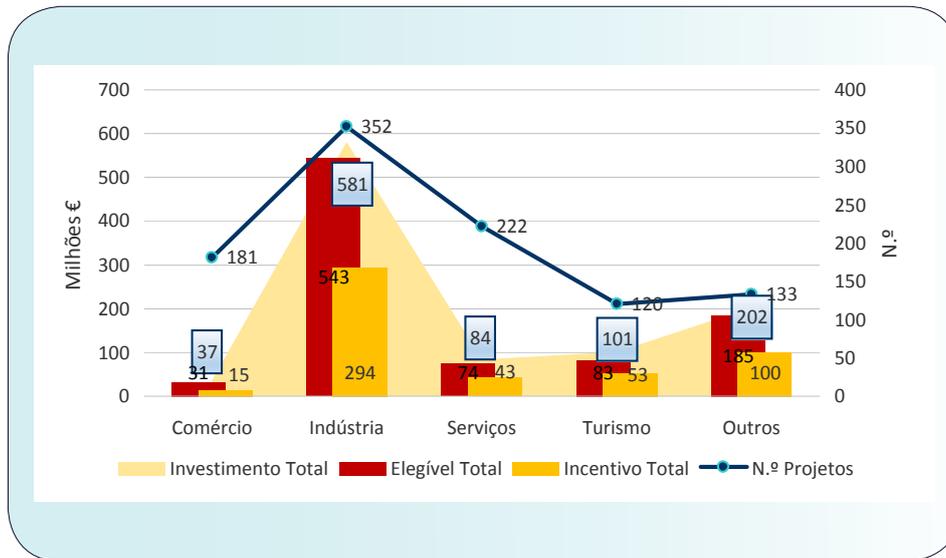
No que concerne a projetos aprovados, tendo em conta a dimensão da empresa, verifica-se que as pequenas e micro empresas se destacam das restantes, pois representam 78% do total de candidaturas aprovadas, 41% do investimento e 46% dos fundos europeus mobilizados para apoiar estas operações.

Gráfico 4.13 – Operações Aprovadas na Região Alentejo nos SI por Dimensão de Empresa



Por sua vez, as Não PME são as que menos expressão têm ao nível das candidaturas, mas as que apresentam projetos de maior dimensão com valores de investimento que rondam os 22% do investimento total e elegível aprovado e que mobilizam no total cerca de um quinto dos fundos europeus aprovados.

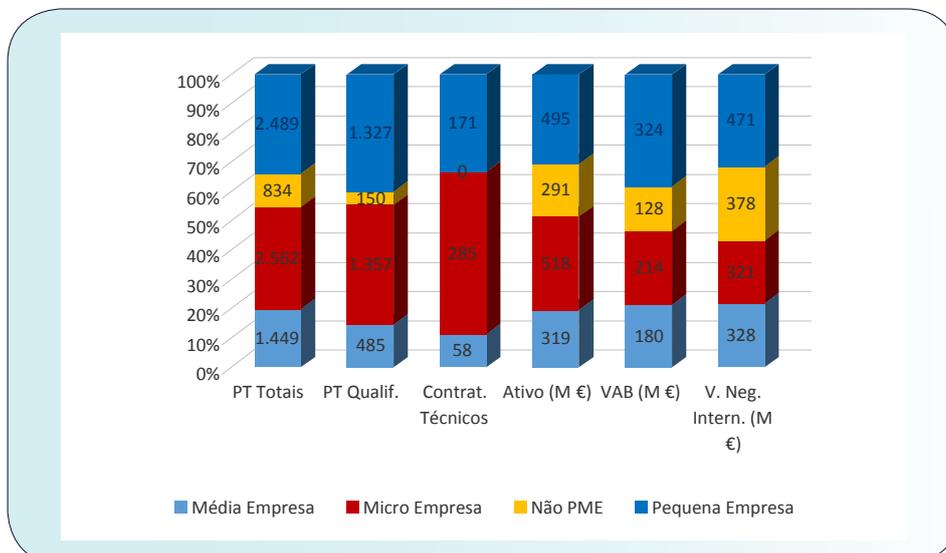
Gráfico 4.14 – Operações Aprovadas na Região Alentejo nos SI por Setor de Atividade



Por sua vez, no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destaca-se dos demais a indústria, particularmente ao nível do investimento total e elegível e ao nível de fundos europeus mobilizados para apoiar as candidaturas, tendo em todas estas variáveis valores próximos dos 60% dos valores totais aprovados.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, é possível obter alguns indicadores relativos aos possíveis impactos que a execução dos projetos possa ter na Região. Desta forma, é possível calcular-se as previsões de aumento de postos de trabalho e de postos de trabalho qualificados, a contratação de técnicos e os aumentos previstos para o VAB, Ativo das empresas e VVN Internacional. Nos gráficos seguintes vão ser apresentadas essas previsões de acordo com a dimensão da empresa, o setor de atividade e também a distribuição geográfica.

Gráfico 4.15 – Indicadores resultantes da utilização dos SI na Região Alentejo por Dimensão

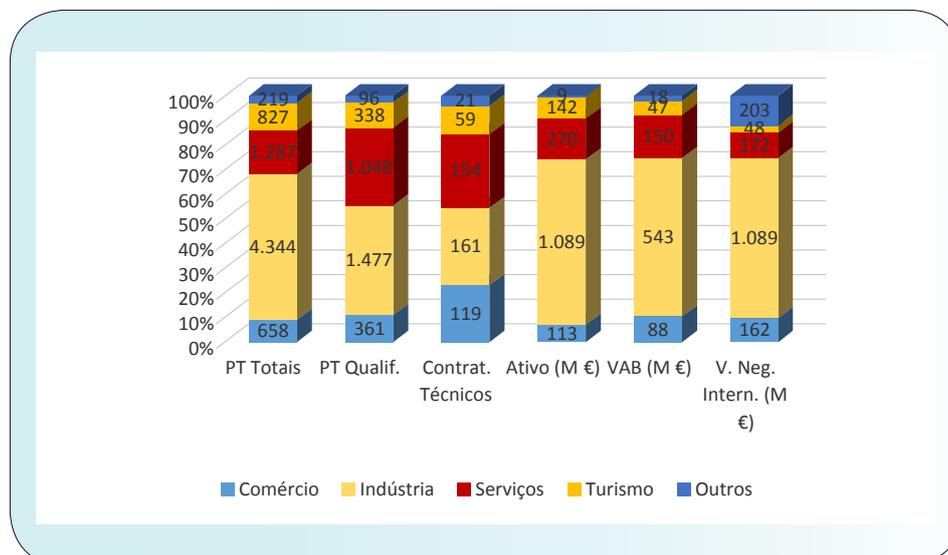


de Empresa

A este nível destacam-se as micro e pequenas empresas que prevêm a criação de mais de 5000 postos de trabalho totais, 69% do acréscimo previsto; destes, cerca de 2700 são Postos de Trabalho qualificados, correspondendo este valor a mais de 81% do total de PT qualificados a criar. Ao nível da contratação de técnicos, ainda é maior o peso das pequenas e micro empresas que têm previsto cerca de 456 técnicos (89%). O mesmo se passa relativamente ao acréscimo de VAB, onde 64% do acréscimo previsto se vai situar nas pequenas e micro empresas. Só no acréscimo do Volume de Vendas e Negócios Internacional é que a distribuição se encontra mais repartida, sendo que é o único indicador onde as Não PME, ao deterem cerca de 25%, têm alguma relevância. Este resultado está de acordo com as perspetivas de exportação, pois são as grandes empresas que se encontram melhor preparadas para responder às exigências dos mercados externos.

No que respeita aos acréscimos esperados nos indicadores analisados por setor de atividade, a indústria destaca-se dos demais em todos os indicadores com valores superiores a 597% no que respeita ao acréscimo de PT totais e superiores a 44% relativamente a PT qualificados. Só não assume relevância nas perspetivas de contratação de técnicos, na qual é igualada pelo setor dos Serviços, que prevê a contratação de perto de mais centena e meia de técnicos, valor que representa um terço do total previsto.

Gráfico 4.16 – Indicadores resultantes da utilização dos SI na Região Alentejo por Setor

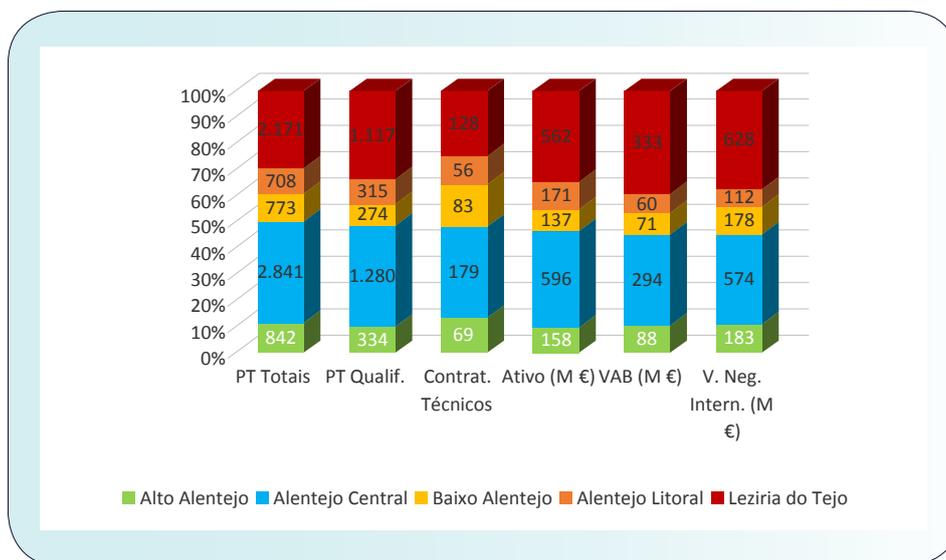


de Atividade

Contudo, quando se analisa o acréscimo de Ativo, de VAB e de VVN Internacional previstos, uma vez mais o setor da Indústria assume a principal relevância com valores muito próximos de 65% do total de acréscimos previstos para estes indicadores.

Para analisar o comportamento destes indicadores no território regional, fez-se uma análise da sua distribuição por NUTS III, tendo presente a imputação dos mesmos quando se tratava de projetos multiregião.

Gráfico 4.17 – Indicadores resultantes da utilização dos SI na Região Alentejo por NUTS III



E da análise efetuada verifica-se que há duas NUTS III que se destacam das demais, concretamente o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo; em todos os indicadores analisados, estas NUTS III concentram valores muito próximos, ou mesmo acima dos 70%, revelando uma dinâmica diferente das outras três NUTS III que compõem a Região Alentejo.

No que respeita a acréscimo previsto de postos de trabalho e postos de trabalho qualificados, o destaque vai para o Alentejo Central que apresenta valores que ascendem a perto de 40% dos acréscimos previstos para estes indicadores. Em contrapartida, quanto aos acréscimos previstos de VAB e Volume de Negócios Internacional, o destaque vai para a Lezíria do Tejo que também comporta valores próximos dos 40% de acréscimos previstos para estes indicadores.

De salientar que quer ao nível de indicadores de emprego (criação de postos de trabalho), quer ao nível dos indicadores económicos (Ativo, VAB e VVN Internacional) as restantes NUTS III (Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo) todas somadas não atingem os valores observados, quer no Alentejo Central, quer na Lezíria do Tejo.

4.2 – TERRITORIALIZAÇÃO DOS FUNDOS

Neste ponto vai ser feita uma abordagem relativa à distribuição dos fundos europeus em cada

uma das NUTS III, para as quais também se vai particularizar uma análise relativa à mobilização dos Sistemas de Incentivos.

Alentejo Central

Nesta NUTS III, no final de 2017, encontravam-se aprovadas, em todos os PO analisados, 2.101 operações que pressupunham um investimento elegível próximo dos 558 milhões de euros e podem mobilizar perto de 328 milhões de euros de Fundos europeus.

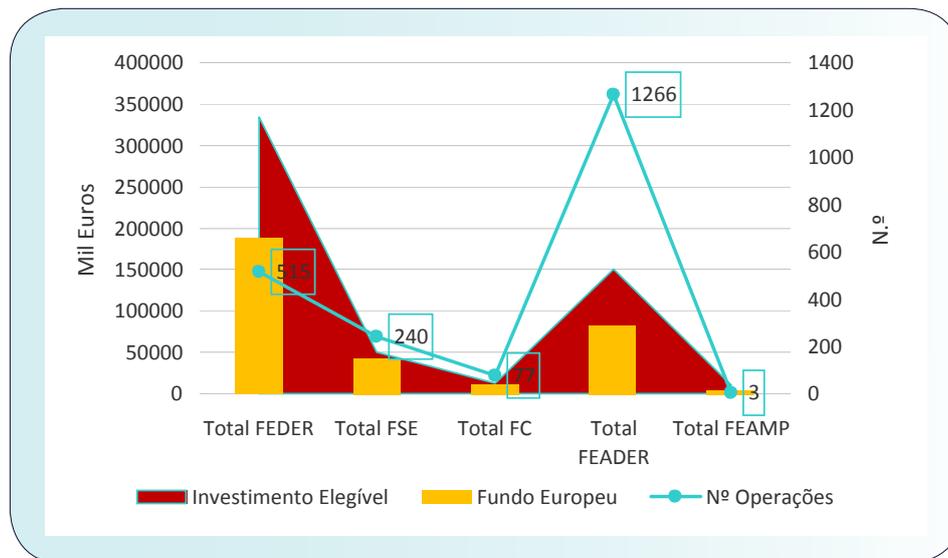


Gráfico 4.18 – Operações Aprovadas no Alentejo Central por Fundo Europeu

Da análise efetuada constata-se que o FEADER é o fundo europeu com maior número de operações aprovadas na NUTS III, representando cerca de 60% do total. O FEDER, com 188 milhões de euros, e o FEADER, com 82 milhões de euros, são responsáveis por cerca de 4/5 dos fundos europeus mobilizados no Alentejo Central, em termos de aprovações.

Relativamente aos programas financiadores a análise efetuada detetou que a maioria dos fundos europeus mobilizados para financiar as operações aprovadas nesta NUTS III, dizem respeito a três Programas Operacionais, ALENTEJO 2020, COMPETE 2020 e PDR 2020, sendo de referir que no caso do COMPETE 2020, o destaque deve-se em grande parte aos investimentos relacionados com a fileira aeronáutica que assume protagonismo no Alentejo Central.

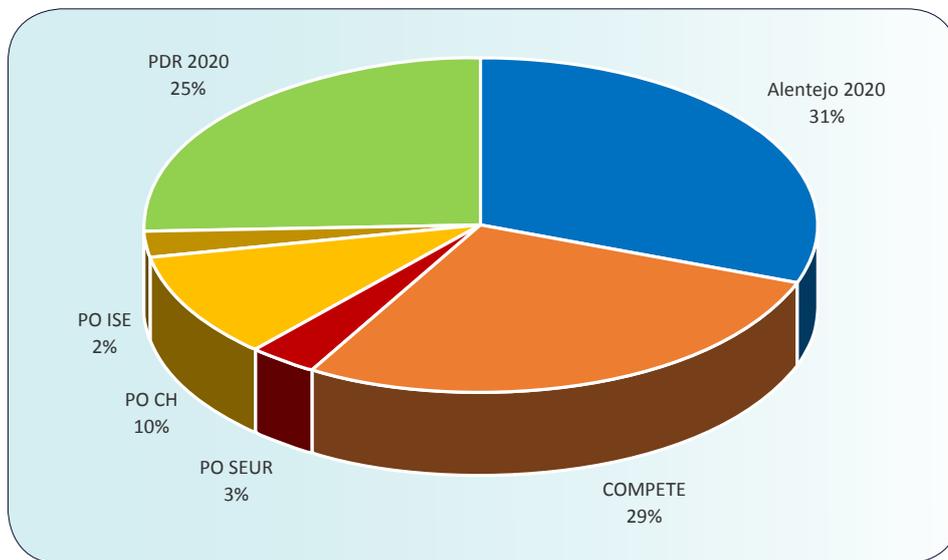


Gráfico 4.19 – Fundos europeus por Programa Operacional no Alentejo Central

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, e no que concerne a projetos aprovados tendo em conta a dimensão da empresa, verifica-se que as não PME se destacam das restantes, pois apesar de representarem apenas 3% do total de candidaturas aprovadas, representam 50% do investimento e 40% dos fundos europeus mobilizados para apoiar estas operações. As micro e pequenas empresas detêm maior número de operações aprovadas (88%) e, em conjunto, concentram 40% do investimento e 50% dos fundos europeus mobilizados para apoiar as operações aprovadas.

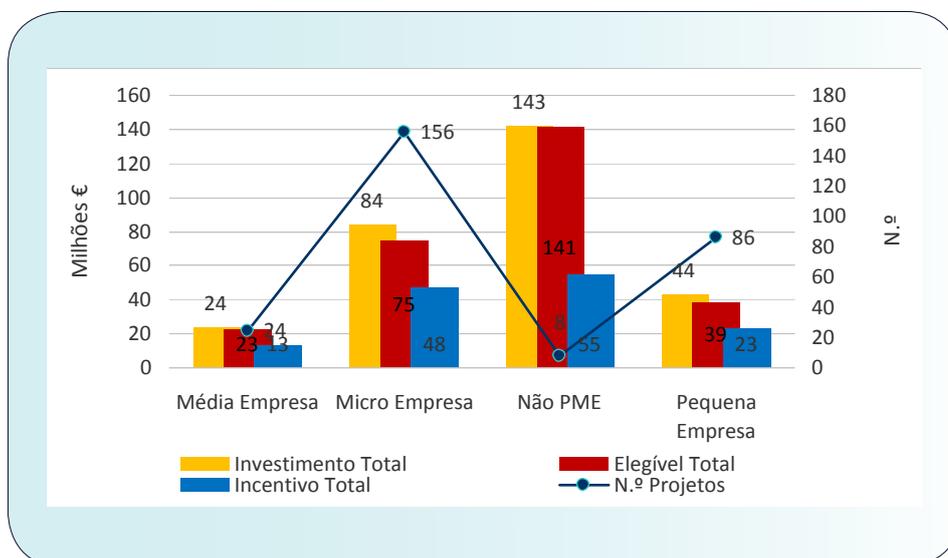


Gráfico 4.20 – Operações Aprovadas no Alentejo Central nos SI por Dimensão de Empresa

Por sua vez no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destaca-se dos demais a indústria, particularmente ao nível do investimento total e elegível e ao nível de fundos europeus mobilizados para apoiar as candidaturas, tendo em todas estas variáveis valores próximos dos 75% dos valores totais aprovados.

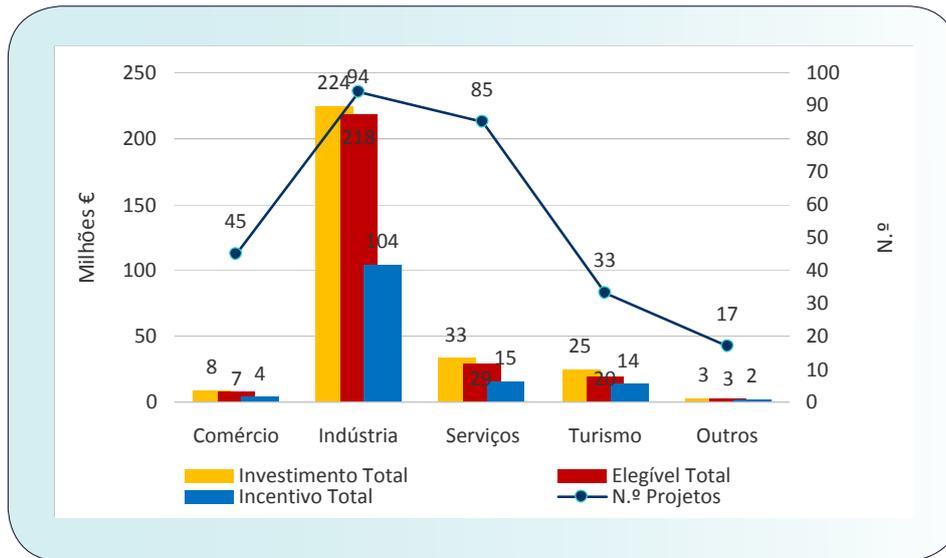


Gráfico 4.21 – Operações Aprovadas na Região Alentejo nos SI por Setor de Atividade

Alentejo Litoral

No Alentejo Litoral, à data de análise, encontravam-se aprovadas em todos os PO analisados 835 operações, que pressupunham um investimento elegível próximo dos 295 milhões de euros e podem mobilizar próximo dos 210 milhões de euros de fundos europeus.

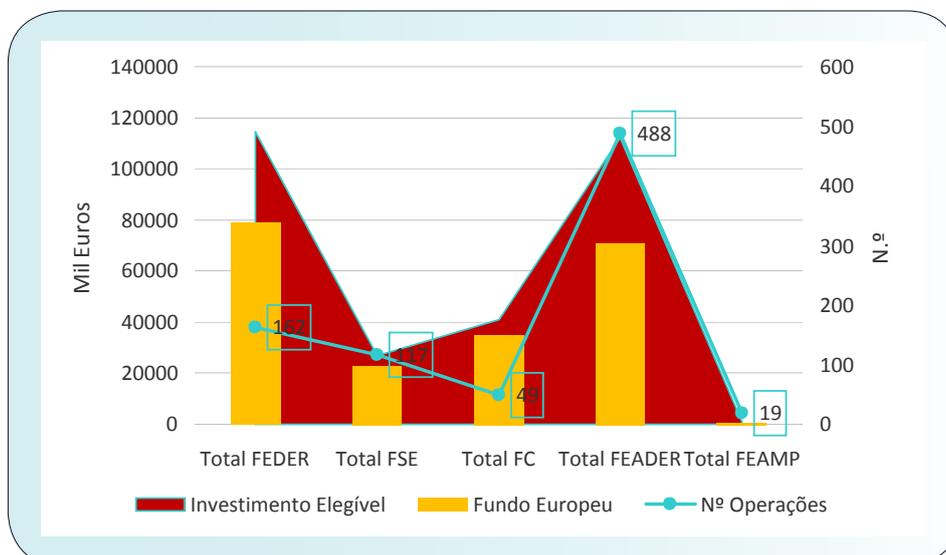


Gráfico 4.22 – Operações Aprovadas no Alentejo Litoral por Fundo Europeu

Nesta NUTS III, constata-se que o FEADER é o fundo europeu com maior número de operações aprovadas na NUTS III, representando cerca de 58% do total. O FEDER, com 79 milhões de euros, e o FEADER, com 71 milhões de euros, são responsáveis por mais de 70% dos fundos europeus mobilizados no Alentejo Litoral, em termos de aprovações.

No que se refere à mobilização de fundos europeus por Programa Financiador, verifica-se que assumem particular relevância três PO, PDR 2020, associado a um conjunto de investimentos no âmbito da produção de hortícolas, COMPETE 2020 ligado a projetos de Qualificação e Inovação das PME e o PO SEUR, associado a investimentos no âmbito do ciclo da água.

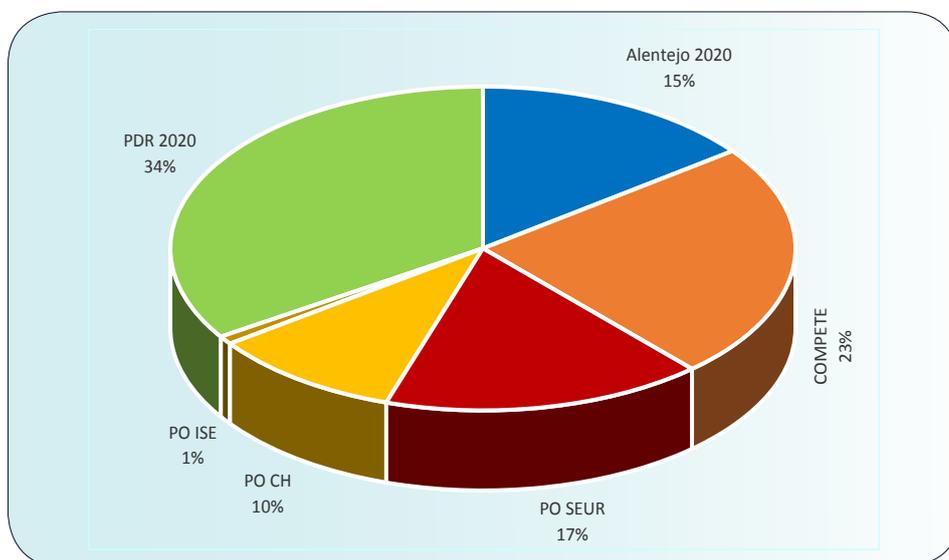


Gráfico 4.23 – Fundos europeus por Programa Operacional no Alentejo Litoral

No âmbito dos Sistemas de Incentivos e no que concerne a projetos aprovados, tendo em conta a dimensão da empresa, verifica-se que as micro empresas se destacam das restantes, pois representam 70% do total de candidaturas aprovadas e 75% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para apoiar estas operações. Em conjunto com as pequenas empresas representam a quase totalidade das operações aprovadas (92%) e, em conjunto, concentram mais de 90% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para apoiar as operações aprovadas, numa NUTS III que não tem operações aprovadas no âmbito das Não PME.

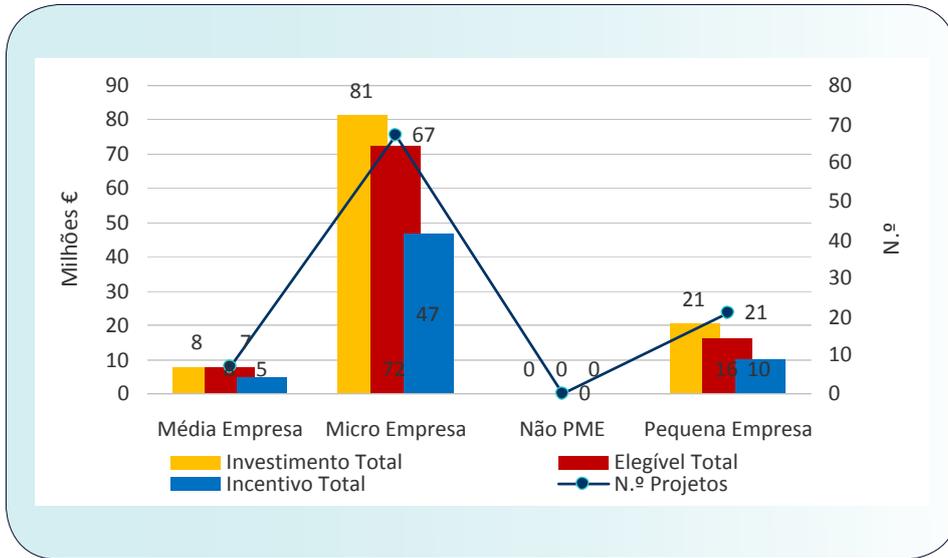


Gráfico 4.24 – Operações Aprovadas no Alentejo Litoral nos SI por Dimensão de Empresa

Por sua vez no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destacam-se dos demais a indústria, muito bem secundada pelo setor do Turismo, que inclusive tem maior número de operações aprovadas. Estes dois setores detêm praticamente todo o investimento total e elegível e os fundos europeus mobilizados para apoiar as candidaturas, em conjunto concentram mais de 95% dos valores destas variáveis nesta NUTS III.

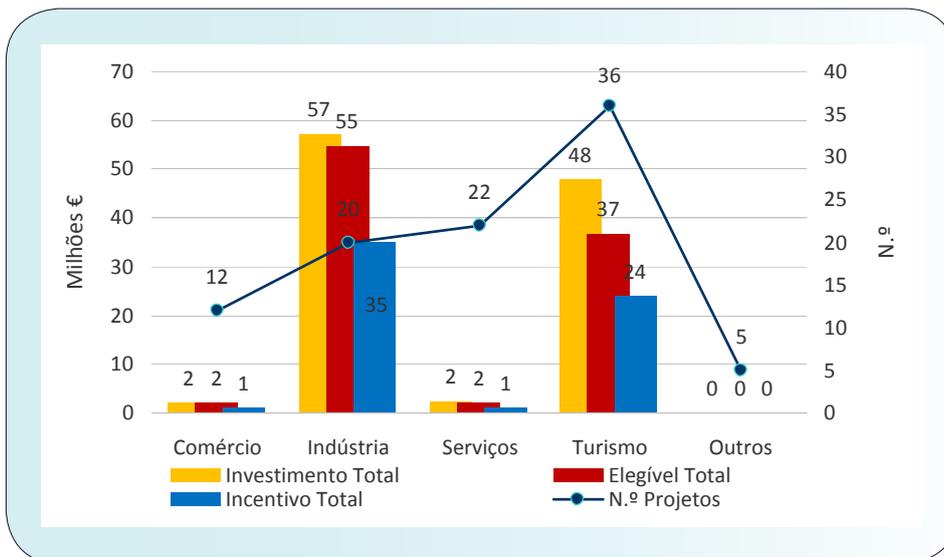
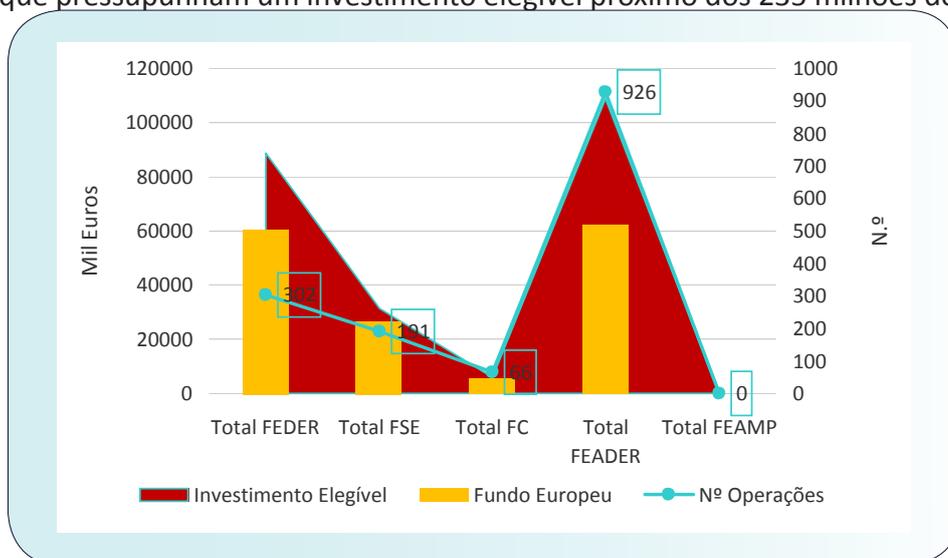


Gráfico 4.25 – Operações Aprovadas no Alentejo Litoral nos SI por Setor de Atividade

Nesta NUTS III, no final de 2017, encontravam-se aprovadas, em todos os PO considerados, 1.485 operações que pressupunham um investimento elegível próximo dos 235 milhões de euros e po-



dem mobilizar próximo dos 154 milhões de euros de Fundos europeus.

Gráfico 4.26 – Operações Aprovadas no Alto Alentejo por Fundo Europeu

A este nível constata-se que o FEADER é o fundo europeu com maior número de operações aprovadas na NUTS III, representando cerca de 63% do total. O FEDER, com 60 milhões de euros, e o FEADER, com 62 milhões de euros, são responsáveis por cerca de 4/5 dos fundos europeus mobilizados no Alentejo Litoral, em termos de aprovações.

De acordo com a análise efetuada e à mobilização de fundos europeus por programa financiador, no Alto Alentejo observa-se que os Programas Operacionais com maior relevância são o PDR 2020 e o ALENTEJO 2020. Entre os dois representam mais de 75 % dos fundos europeus mobilizados para apoiar as operações aprovadas. Verifica-se também que os restantes PO, exceção feita ao PO CH, têm pouca expressão nesta NUTS III.

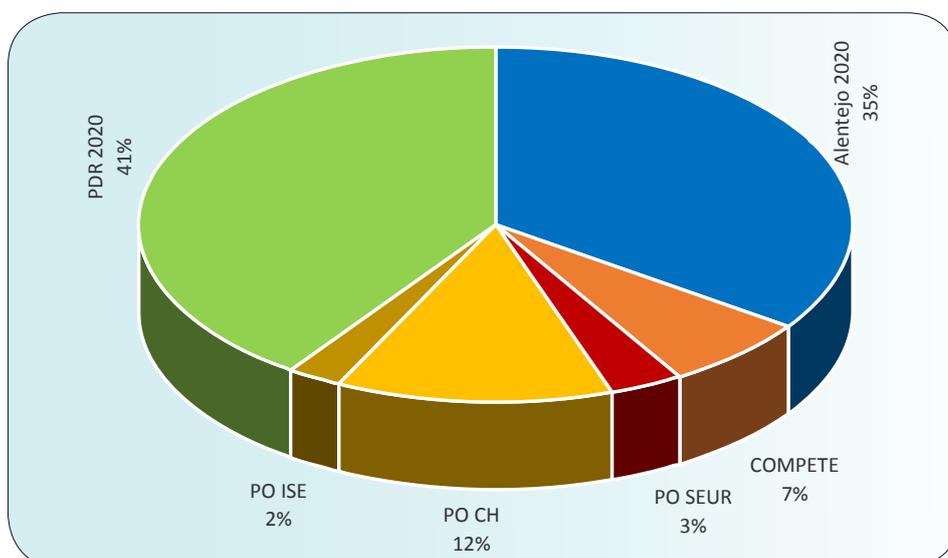


Gráfico 4.27 – Fundos europeus por Programa Operacional no Alto Alentejo

No âmbito dos Sistemas de Incentivos e no que concerne a projetos aprovados tendo em conta a dimensão da empresa, verifica-se que as micro empresas se destacam das restantes, pois representam 60% do total de candidaturas aprovadas e mais de 40% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para apoiar estas operações. Em conjunto com as pequenas empresas representam a quase totalidade das operações aprovadas (86%) e concentram perto de 60% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para apoiar as operações aprovadas.

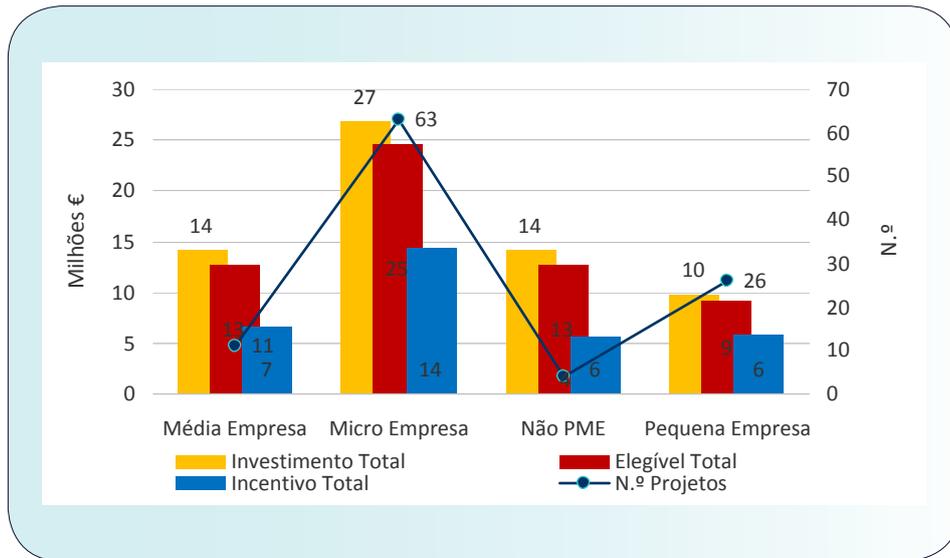


Gráfico 4.28 – Operações Aprovadas no Alto Alentejo nos SI por Dimensão de Empresa

Por sua vez no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destaca-se dos demais a indústria, com 37% das operações aprovadas e mais de 55% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para as apoiar. Além deste também merece uma referência o setor turismo, que de entre os restantes é o único que assume alguma relevância. Estes dois setores detêm grande parte do investimento total e elegível e dos fundos europeus mobilizados para apoiar as candidaturas, pois concentram cerca de 85% dos valores destas variáveis nesta NUTS III.

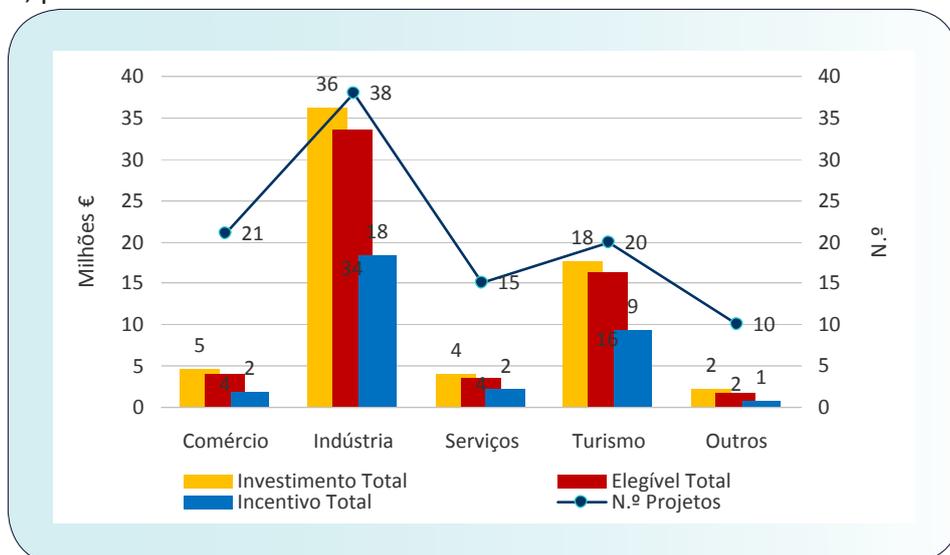


Gráfico 4.29 – Operações Aprovadas no Alto Alentejo nos SI por Setor de Atividade

Baixo Alentejo

No Baixo Alentejo, até ao final do período em análise, encontravam-se aprovadas em todos os PO considerados 1.993 operações que pressupunham um investimento elegível próximo dos 391 milhões de euros e podem mobilizar próximo dos 244 milhões de euros de fundos europeus.

De todos os fundos presentes constata-se novamente que o FEADER é o fundo europeu com maior número de operações aprovadas na NUTS III, representando cerca de 68% do total. O FEDER com 64 milhões de euros e o FEADER com 98 milhões de euros, são responsáveis por cerca de 2/3 dos fundos europeus mobilizados no Baixo Alentejo, em termos de aprovações.

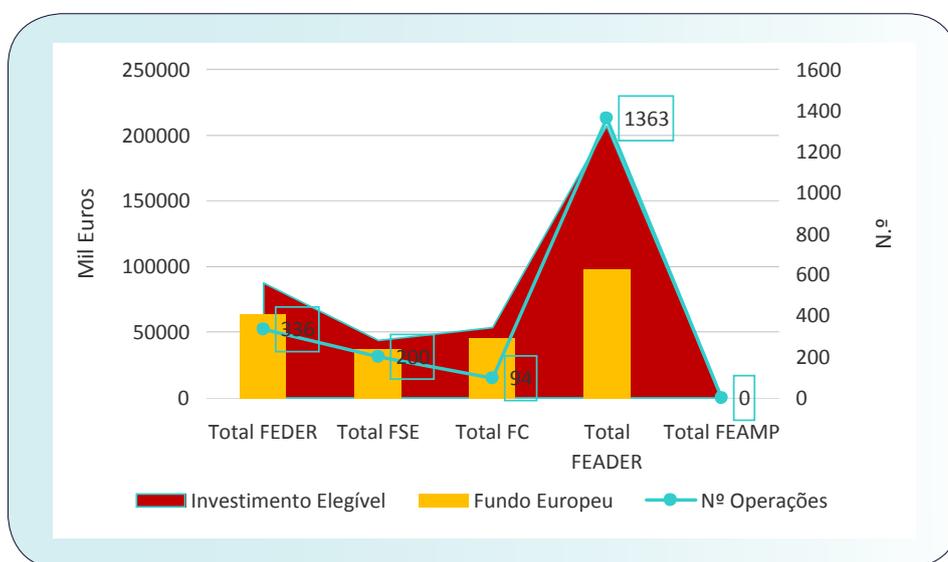


Gráfico 4.30 – Operações Aprovadas no Baixo Alentejo por Fundo Europeu

No que diz respeito à mobilização de fundos europeus por programa financiador, verifica-se que assumem particular relevância três PO, PDR 2020, associado a um conjunto de investimentos no âmbito do desenvolvimento do regadio do EFMA, ALENTEJO 2020 e o PO SEUR, ligado a investimentos no âmbito do ciclo da água.

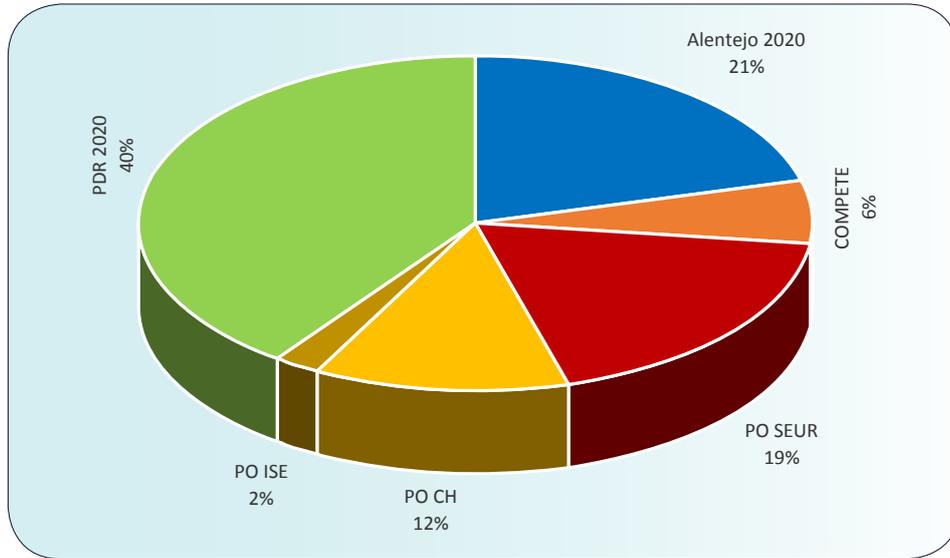


Gráfico 4.31 – Fundos europeus por Programa Operacional no Baixo Alentejo

No âmbito dos Sistemas de Incentivos e no que concerne a projetos aprovados tendo em conta a dimensão da empresa, verifica-se que as micro empresas se destacam das restantes, pois representam 53% do total de candidaturas aprovadas e cerca de 40% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para apoiar estas operações.

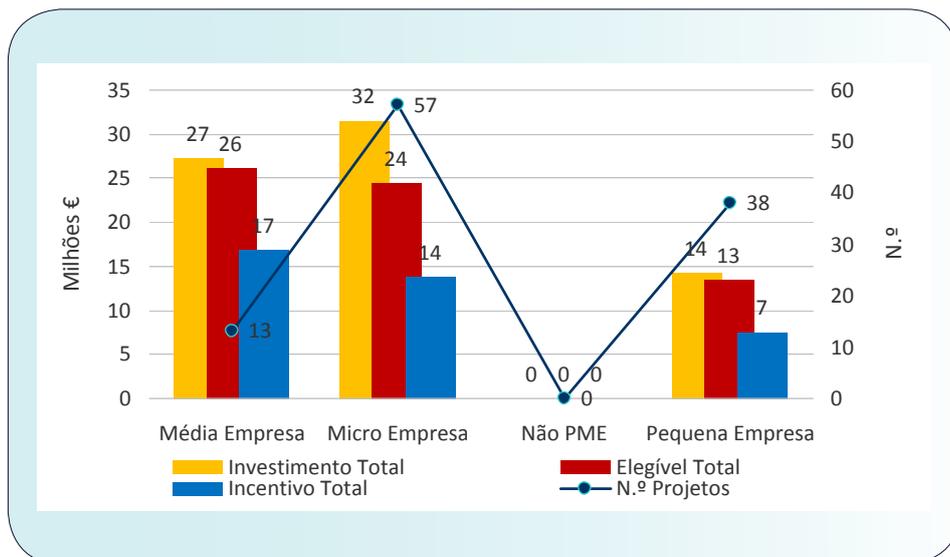


Gráfico 4.32 – Operações Aprovadas no Baixo Alentejo nos SI por Dimensão de Empresa

Em conjunto com as pequenas empresas representam a quase totalidade das operações aprova-

das (86%) e concentram perto de 60% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para apoiar as operações aprovadas. Nesta NUTS III, em termos de investimento e mobilização de fundos europeus, também assumem algum relevo as médias empresas, enquanto não há registo de operações aprovadas pelas Não PME.

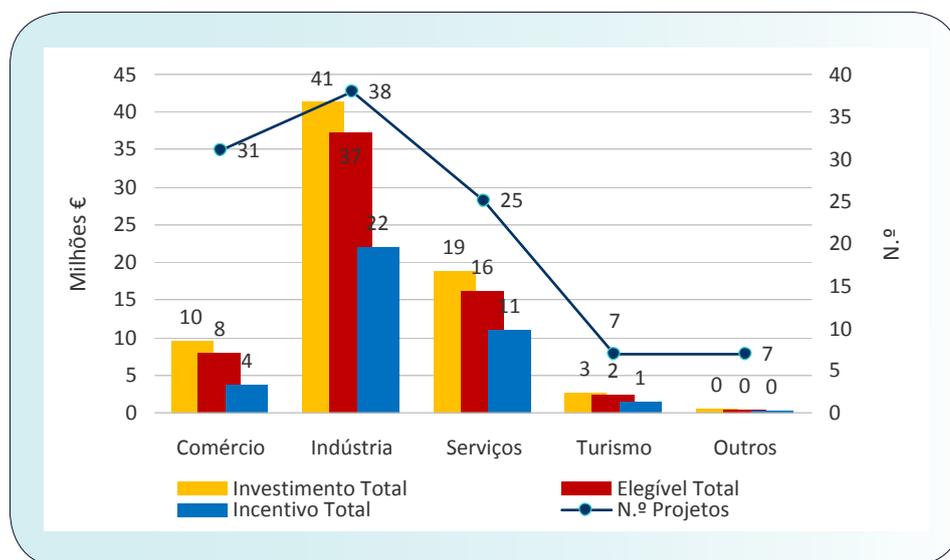


Gráfico 4.33 – Operações Aprovadas no Baixo Alentejo nos SI por Setor de Atividade

Por sua vez, no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destaca-se dos demais a indústria, com 35% das operações aprovadas e perto de 60% do investimento e dos fundos europeus mobilizados para as apoiar. Além deste também merece uma referência o setor dos Serviços, que se destaca dos restantes. Estes dois setores detêm grande parte do investimento total e elegível e dos fundos europeus mobilizados para apoiar as candidaturas, pois concentram mais de 80% dos valores destas variáveis nesta NUTS III.

Lezíria do Tejo

Até ao final do período em análise (31 de dezembro de 2017), na Lezíria do Tejo encontravam-se aprovadas, em todos os PO considerados, 1.581 operações que pressupunham um investimento elegível próximo dos 405 milhões de euros e podem mobilizar mais de 250 milhões de euros de fundos europeus.

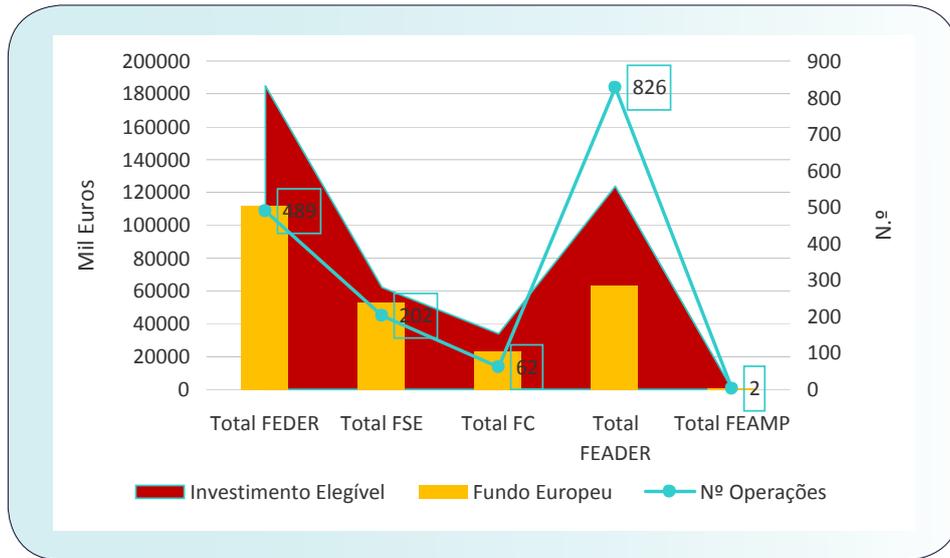
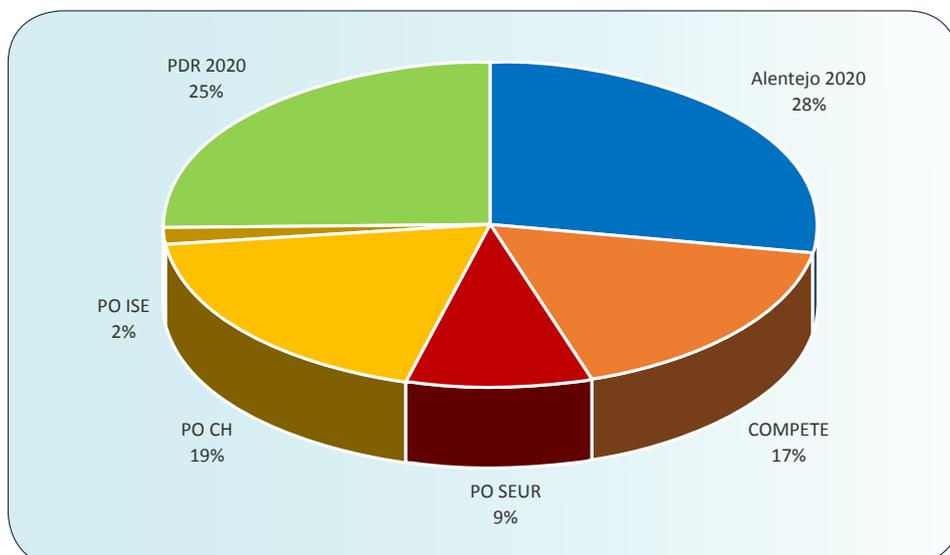


Gráfico 4.34 – Operações Aprovadas na Lezíria do Tejo por Fundo Europeu

De todos os fundos presentes constata-se mais uma vez que o FEADER, apesar de ter menos peso que em outras NUTS III, é o fundo europeu com maior número de operações aprovadas na NUTS III, representando cerca de 52% do total. O FEDER, com 112 milhões de euros, e o FEADER, com 63 milhões de euros, são responsáveis por cerca de 70% dos fundos europeus mobilizados no Baixo Alentejo, em termos de aprovações.

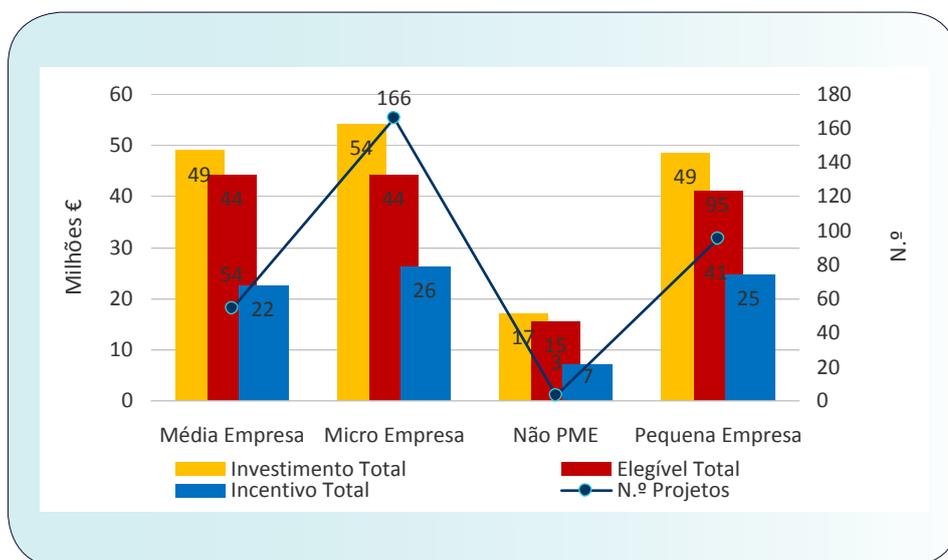
Nesta NUTS III, a análise da distribuição dos fundos europeus mobilizados para apoiar as operações aprovadas revela-se muito repartida por todos os PO que atuam neste território, pois, à exceção do PO ISE, todos os restantes apresentam valores consideráveis ao nível da mobilização de fundos europeus, sendo que a maior parte dos quais são mobilizados no âmbito do ALENTEJO 2020, ainda assim sem que as diferenças entre os vários PO permitam detetar alguma relevância particular, a não ser no PO CH, que tem nesta NIUTS III o maior volume de fundo europeu apro-



vados nas NUTS III do Alentejo.

Gráfico 4.35 – Fundos europeus por Programa Operacional na Lezíria do Tejo

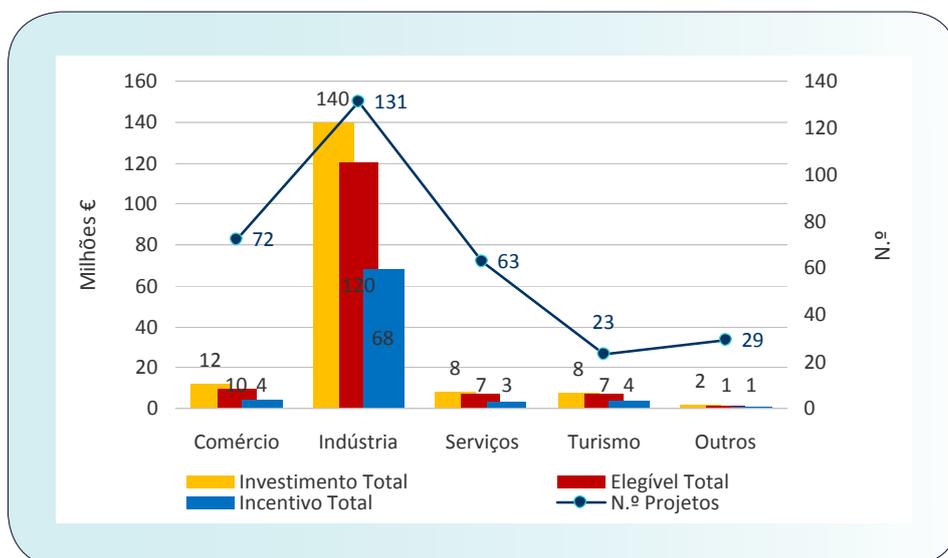
No que concerne a projetos aprovados, no âmbito do Sistema de Incentivos, tendo em conta a dimensão da empresa, verifica-se que as micro empresas se destacam ligeiramente das restantes ao nível das operações aprovadas, pois representam 52% do total de candidaturas aprovadas. Quando se analisam as componentes de investimento e de fundos europeus mobilizados para o apoiar, depara-se com uma situação de grande equilíbrio, entre as micro, pequenas e médias empresas, apresentando todas estas dimensões valores muito próximos dos 30% em todas as



categorias.

Gráfico 4.36 – Operações Aprovadas na Lezíria do Tejo nos SI por Dimensão de Empresa

Por sua vez, no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destaca-se dos demais a indústria, com 42% das operações aprovadas e mais de 82% do investimento e dos fun-



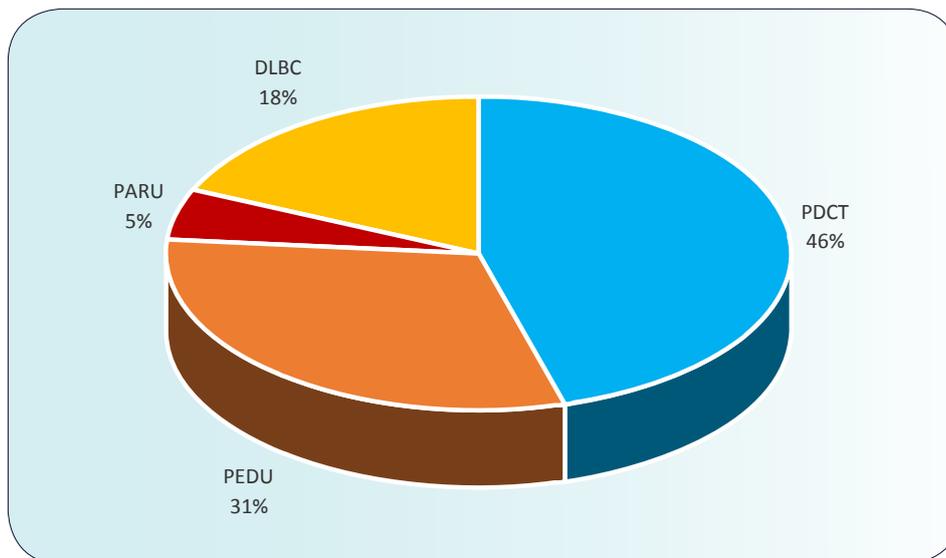
dos europeus mobilizados para as apoiar, sendo mesmo o único setor de atividade económica a destacar-se nesta NUTS III.

Gráfico 4.37 – Operações Aprovadas na Lezíria do Tejo nos SI por Setor de Atividade

4.3 – ABORDAGENS INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALENTEJO

A este nível será feita uma análise por Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional com referência aos principais instrumentos territoriais, designadamente PDCT - Planos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, PEDU - Planos Estratégico de Desenvolvimento Urbano, PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana e DLBC - Estratégia de desenvolvimento local de base comunitária.

No que respeita aos valores de fundos comunitários programados para apoiar estas estratégias, os PDCT destacam-se das restantes ao terem previsto 46% do total de fundos comunitários envol-



vidos nos instrumentos territoriais analisados.

Gráfico 4.38 – Programação Financeira por ITI

Em termos de aprovações de fundo comunitário, o cenário que se depara é idêntico uma vez mais com o PDCT a destacar-se dos restantes com uma taxa que ascende a 44% do total de fundos aprovados para apoiar as ITI, segue-se em termos de quantitativo os PDU que detêm 34% dos fundos europeus utilizados para apoiar estas estratégias territoriais.

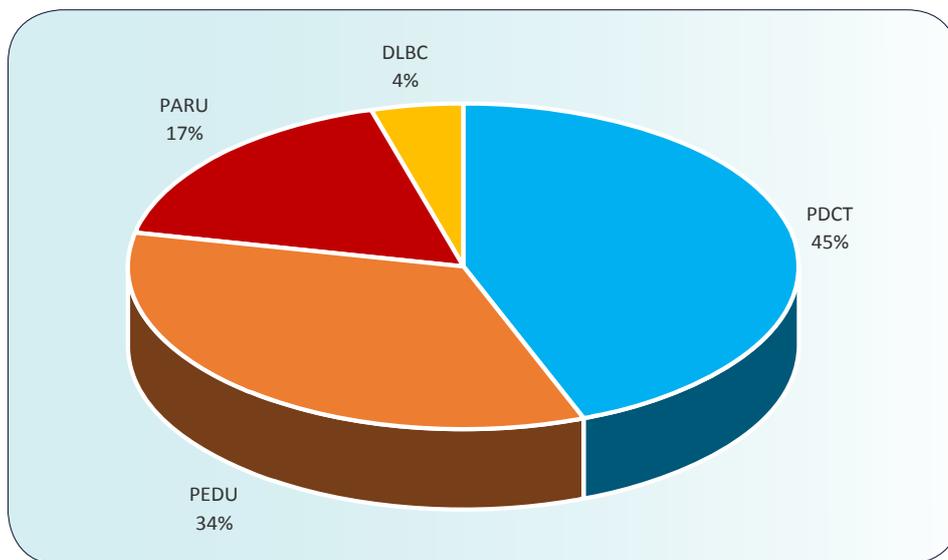
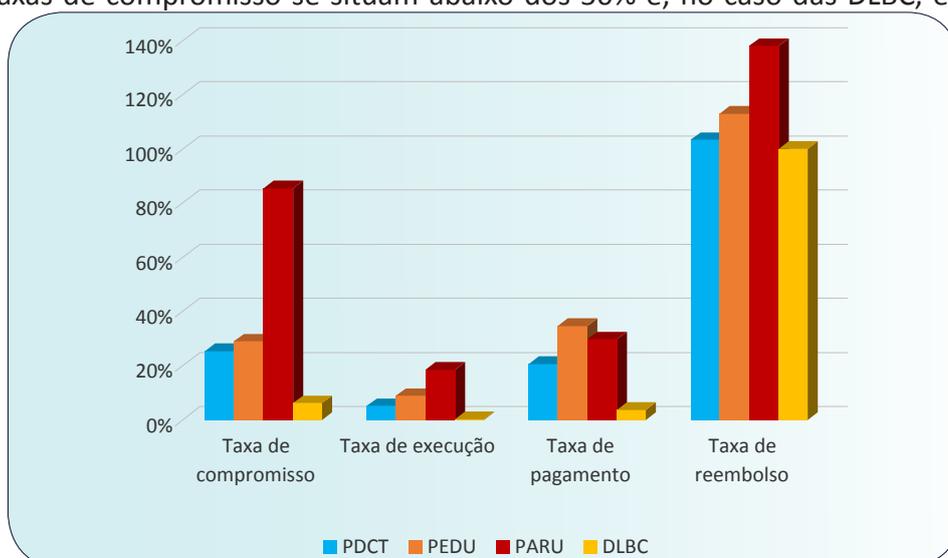


Gráfico 4.39 – Fundo Comunitário aprovado por ITI

Contudo no que respeita a indicadores de execução verifica-se que os PARU são os que apresentam maiores taxas de compromisso e de reembolso. De referir que, à exceção desta ITI, todas as restantes taxas de compromisso se situam abaixo dos 50% e, no caso das DLBC, estão mesmo

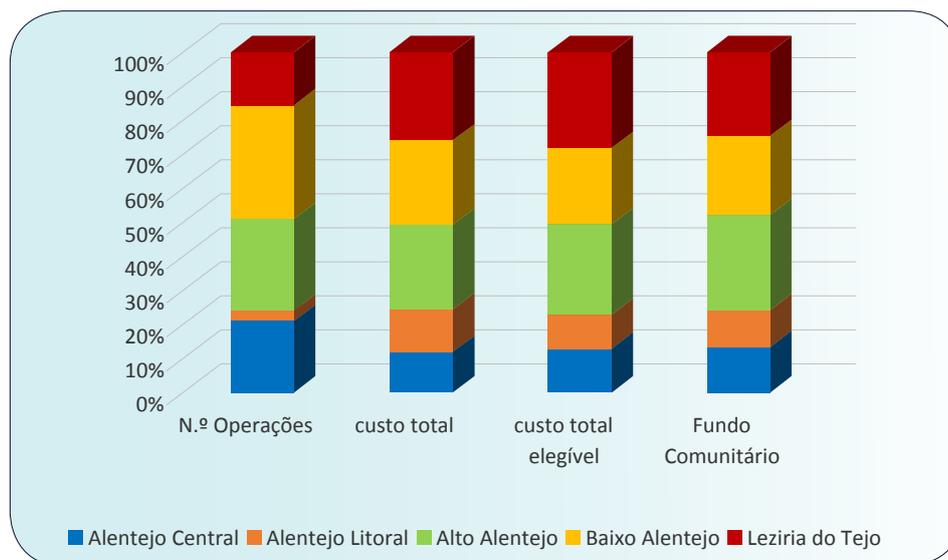


abaixo dos 10%.

Gráfico 4.40 – Indicadores de execução por ITI

Perante este cenário, verifica-se que as taxas de execução, à exceção dos PARU (18,4%), se situam todas abaixo dos 10%. Da mesma forma, as taxas de pagamento registam valores relativamente baixos, inferiores a 35%. Por fim as taxas de reembolso estão situadas acima dos 100% em todas a ITI, em resultado dos adiantamentos concedidos aos promotores.

Uma vez que se estão a abordar estratégias territoriais faz sentido que se analisem as mesmas numa escala mais fina, no caso ao nível da NUTS III. Face ao atraso verificado na abertura de con-



ursos, no final de 2017 ainda não havia um volume significativo de candidaturas decididas para que se pudesse fazer uma análise coerente às DLBC. Por este motivo, apenas se vão apresentar dados territorializados das PDCT e dos PDU.

Gráfico 4.41 – Operações aprovadas por NUTS III por PDCT

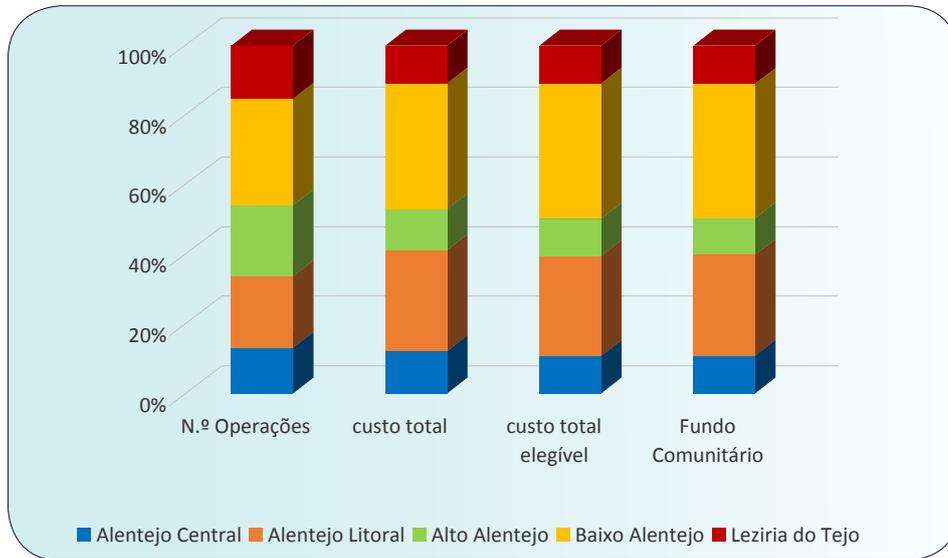
Neste instrumento territorial e na fase a que se reporta a análise, assumem particular destaque as NUTS III Baixo e Alto Alentejo, que apresentam 60% das operações aprovadas e valores de investimento e mobilização de fundo comunitário que andam próximos dos 50% do total aprovado para este instrumento no Alentejo.

Refira-se que os maiores valores de programação para este IT estão definidos para a Lezíria do Tejo (27%) e para o Alentejo Central (22%), e que, apesar da diferença que se observa, a NUTS III Baixo Alentejo apresenta uma taxa de compromisso de 36%, na qual é seguida pelo Alto Alentejo com 34% de taxa de compromisso. No pólo oposto encontra-se o Alentejo Central que à data de análise apresentava uma taxa de compromisso de 15%.

No que respeita aos PEDU, dos 26 aprovados na Região Alentejo que globalmente apresentavam uma taxa de compromisso de 29%, o maior destaque vai para o PEDU de Aljustrel que já tem valores de taxa de compromisso na ordem dos 111%, encontrando-se por isso em overbooking. À

data de análise ainda havia um PEDU sem qualquer operação aprovada.

Na análise efetuada a este instrumento territorial por NUTS III, e na fase a que se reporta a análi-



se, assume particular destaque, uma vez mais, o Baixo Alentejo que apresenta 31% das operações aprovadas e valores de investimento e mobilização de fundos europeus próximos dos 38% do total aprovado para este instrumento no Alentejo.

Gráfico 4.42 – Operações aprovadas por NUTS III no âmbito do PEDU

5 – Indicadores de Contexto e Contributos para o PNR

5.1 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Neste caso optou-se por recorrer a informação de carácter oficial que é produzida dentro de um limite de tempo razoável para poder ser contrastada com a realização do investimento, recorrendo-se para isso, à informação produzida pelo INE relativa ao Sistema de Indicadores do Portugal 2020. de modo a que haja uma breve resenha da evolução dos indicadores de contexto e de realização antes do início da aplicação do Portugal 2020 (2013, para poder fazer uma análise de tendência com alguma distância temporal) com dados disponíveis, os mais recentes, relativamente a alguns indicadores, relativos ao território, à economia e às pessoas. Procurando também fazer uma avaliação do contributo da aplicação dos Fundos Europeus nesta Região para o Programa Nacional de Reformas.

A este respeito e de acordo com o Programa Nacional de Reformas, atualizado em abril de 2017, continua também em destaque, uma vez mais, o efeito das diversas reformas na prossecução das metas definidas no âmbito da Estratégia Europa 2020, encontrando-se ainda em desenvolvimento uma bateria de indicadores de monitorização e impacte para cada um dos Pilares do Programa Nacional de Reformas, que permitirá ir aferindo da sua evolução no médio prazo. Por este motivo, não se vão extrapolar contributos da Região para o PNR, pois não há ainda uma certeza absoluta relativamente aos indicadores que vão ser utilizados para monitorização.

Os indicadores de contexto que foram considerados mais pertinentes e para os quais existe informação vão ser apresentados por domínio temático

Domínio Temático – Competitividade e Internacionalização

Para a maior parte dos indicadores o tempo de observação relativamente ao ponto de partida (2013) ainda é muito reduzido para que se possam tirar ilações fortes acerca da tendência registada. Contudo não se pode deixar de sublinhar a tendência crescente que se nota a nível dos indicadores relacionados com alta tecnologia, quer seja a nível das exportações, quer seja a nível do valor acrescentado bruto. Apesar do indicador relacionado com a percentagem de exportações de bens de alta tecnologia registar um decréscimo, em valor absoluto regista-se um aumento da exportação destes bens, que, contudo, não acompanha o acréscimo das exportações em geral.

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	2,66	2017	2,4
Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	89,93	2015	89,3
Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse CAE Rev. 3)	N.º	2013	189.376	2016	195.452
Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse CAE Rev. 3)	Milhões Euros	2013	3.022	2016	3.743
Valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Milhões Euros	2013	123	2016	...
Valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (CAE Rev. 3 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Milhões Euros	2013	26.141	2016	37.771
Exportações (€) de bens por Localização geográfica, Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2)	Milhões Euros	2013	2.859	2016	3.247
Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro)	%	2014	26,5	2016	27,3

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector de execução	%	2013	0,46	2016	0,54
Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Milhões Euros	2013	21,86	2016	32,71
Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Milhões Euros	2013	27,28	2016	32,76
Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	814,6	2016	1063,8
Proporção de investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (%) na população activa por Localização geográfica (NUTS - 2013):	%	2013	0,23	2016	0,31

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.1 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Competitividade e Especialização

Quadro 5.2 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio I&D e Inovação

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	20,2	2016	28,8
Proporção de agregados domésticos privados com ligação à Internet através de banda larga (%) por Local de residência (NUTS - 2013)	%	2013	51,3	2017	65,8
Número de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses	N.º	2013	150.975	2017	147.355
Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line (%) por Localização geográfica	%	2013	86,9	2015	93,9

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

A nível das despesas relacionadas com a Inovação, até ao final do período de observação, a tendência manifestada é positiva, uma vez que todos os indicadores registam aumentos, alguns dos quais consideráveis.

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Índice de concentração da população residente em cidades (%) por Local de residência (NUTS - 2013)	%	2013	25,7	2017	25,7

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.3 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio TIC

Relativamente às TIC a tendência registada é também muito positiva, quer ao nível das infra-estruturas, quer ao nível da utilização.

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Densidade da rede ferroviária nacional (km/ km ²) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Km/Km ²	2013	0,22	2016	0,22
Proporção da rede ferroviária nacional eletrificada (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	67,4	2016	67,4

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.4 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Sistema Urbano e Acessibilidades

Este indicador mantém-se inalterável e pela sua própria génese só se deve alterar de 10 em 10 anos, ou seja, por ocasião dos Censos da População.

Quadro 5.5 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Transportes

Os indicadores presentes neste sub-domínio são estruturais, pelo que se mantêm inalterados, podendo sofrer alterações se houver lugar à construção de novas infra-estruturas ferroviárias ou melhoria nas existentes.

A nível de indicadores relativos à dinâmica das empresas, a evolução registada é algo antagónica, não podendo ser apontada uma tendência clara, pois enquanto há um aumento da sobrevivência das empresas, há uma redução na sua natalidade, bem como na taxa de cobertura das importa-

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Taxa de natalidade (%) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	%	2013	15,91	2016	14,02
Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	%	2013	48,16	2016	53,58
Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	N.º	2013	155	2016	151
Nascimentos (N.º) de Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	N.º	2013	12.173	2015	11.476
Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	134,08	2017	130,7

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

ções pelas exportações, que ainda assim é bastante favorável à Região. Registe-se como positivo o continuado aumento de empresas em setores de alta e média tecnologia.

Quadro 5.6 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Demografia das Empresas

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Poder de compra per capita por Localização geográfica	N.º	2013	89,43	2015	91,04
Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	€	2013	994,1	2015	994,4
Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	98,61	2015	98,23

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Domínio Temático – Inclusão Social e Emprego

Quadro 5.7 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio da Inclusão Social

A nível da inclusão social, os valores registados apontam para um ligeiro decréscimo nos indicadores respeitantes a rendimentos e mesmo no próprio Índice sintético de desenvolvimento, estes resultados mais que os efeitos da aplicação dos fundos, acabam por refletir o período crítico

atravessado pelo País, relativamente ao qual a aplicação de fundos europeus pode ter tido um efeito amortecedor.

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo Feminino	%	2013	13,4	2017	8,9
Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS -2013) e Grupo etário	%	2013	16,9	2017	8,4
Taxa de desemprego da população activa com ensino superior completo (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	12,6	2017	6,2
Proporção de trabalhadores não qualificados (Série 2011 - %) da população empregada por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	14,8	2017	14,7
Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	10	2017	4,5

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

No âmbito dos indicadores de desemprego, constata-se que todos eles registaram uma evolução muito positiva relativamente ao ano de partida, designadamente naqueles que reportam ao

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Médicos por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência	N.º	2013	2,4	2016	2,8
Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante (N.º) por Localização geográfica	N.º	2013	1	2016	1
Visitantes de museus por habitante (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	0,7	2015	1,2

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

desemprego, já que no que respeita ao emprego de não qualificados a redução que se verifica é muito ligeira.

Quadro 5.8 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio emprego

Quadro 5.9 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Serviços de interesse geral

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Alunos matriculados no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Nível de ensino ministrado e Natureza institucional	N.º	12/13	116221	15/16	111034
Alunos matriculados no ensino superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Natureza institucional	N.º	12/13	14752	16/17	14724
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica	%	12/13	117,3	15/16	111,8
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%) por Localização geográfica	%	12/13	11,8	15/16	7,8

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Também no âmbito deste sub-domínio os indicadores revelam uma tendência ligeiramente positiva, pois apresentam pequenos acréscimos no período de observação.

Domínio Temático – Capital Humano

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	N.º	12/13	599	15/16	425
Doutorados do ensino superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	N.º	12/13	59	15/16	61
População ativa (Série 2011 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo	N.º	2013	359	2017	346,5
Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	20,3	2017	12,9
Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 2011 - %) da população residente com idade entre 30 e 34 anos por Local de residência (NUTS - 2013)	%	2013	22	2017	27,1

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.10 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Sistema de Ensino

No que respeita aos indicadores relativos ao sistema de ensino verifica-se que há uma redução no número de alunos matriculados, quer no ensino superior, esta muito ligeira, quer no ensino não superior, bem com nas taxas de escolarização do ensino secundário. Mas, por outro lado, regista-se como muito positiva a tendência evidente para a redução da taxa de retenção.

Quadro 5.11 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Qualificações

Ao nível das qualificações observa-se que a população ativa regista uma regressão no número de ativos com o ensino superior, com certeza relacionada com a elevada taxa de imigração que se registou neste período. Outro aspeto importante, tem a ver com o aumento de doutorados, mas com a redução do seu número em áreas científicas e tecnológicas. Podem considerar-se muito

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo	Milhões kWh	2013	4484	2015	4694
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência	kWh/hab.	2013	1234	2015	1442,2

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

positivas as evoluções que se registam na taxa de abandono precoce e na taxa de escolaridade do ensino superior.

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	101,12	2015	101,39
Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro	%	2013	72,9	2016	60

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Domínio Temático – Sustentabilidade e eficiência na utilização de recursos

Neste sub-domínio, os indicadores utilizados registam uma evolução positiva que está de acordo com o padrão esperado.

Quadro 5.12 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Alterações climáticas e energia

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) por Localização geográfica	%	2013	10	2016	12
Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (N.º) por Localização geográfica	N.º	2013	2	2016	1,9

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.13 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Proteção do ambiente

Ao nível da proteção do ambiente os indicadores não são conclusivos, até porque nalguns casos o período de observação é muito limitado.

Quadro 5.14 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Ambiente Urbano

Também a este nível do ambiente urbano, os indicadores, para os quais havia informação, sofreram pequenas alterações que não permitem que se avalie de uma forma consistente a tendência registada.

6 - CONCLUSÕES

As análises efetuadas à informação utilizada permitiram retirar algumas conclusões que se apresentam ao longo dos próximos parágrafos.

Na Região do Alentejo no final de 2017, no âmbito do Portugal 2020 estavam aprovadas 3.610 operações, que pressupunham um investimento elegível próximo dos 1.588 milhões de euros, o qual iria mobilizar mais de 1.100 milhões de euros de fundos europeus.

O Alentejo 2020, com 37% do total de fundos europeus comprometidos, destaca-se dos restantes, de entre os quais se evidencia o COMPETE 2020 com mais de 23% do total de fundos comunitários comprometidos.

O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020), também tem um peso relativo importante no que respeita a aplicação de fundos europeus nesta Região, apresentando perto de 4,9 mil projetos contratados e já mobilizou mais de 375 milhões de euros de fundos europeus para apoiar a agricultura regional.

O FEDER é o fundo europeu com maior relevância com valores que superam os 40% em todas as variáveis. O Fundo de Coesão, devido à dimensão financeira dos projetos, designadamente na TI 12 – Ciclo Urbano da Água, tem alguma relevância a nível de Elegível aprovado e Fundo aprovado. Em contrapartida, o FSE já começa assumir algum destaque, tendo inclusive superado o FEADER no que respeita a mobilização de fundos europeus.

Ao abrigo dos Sistemas de Incentivos, estão aprovados para a Região do Alentejo mais de 1.000 projetos que poderão mobilizar mais de 500 milhões de euros de fundos europeus. A distribuição das candidaturas aprovadas e dos valores de investimento e de fundo comunitário aprovado apontam claramente no sentido da Inovação, Qualificação e Internacionalização das PME.

As micro e pequenas empresas destacam-se das restantes, pois representam cerca de 80% do total de candidaturas aprovadas, 41% do investimento e 46% dos fundos europeus mobilizados para apoiar estas operações. Por sua vez as Não PME são as que menos expressão têm ao nível das candidaturas, mas as que apresentam projetos de maior dimensão com valores de investimento que rondam os 20% do investimento total e elegível aprovado e que mobilizam no total perto de um quinto do fundo europeu aprovado.

A Indústria é o setor mais representativo particularmente ao nível do investimento total e elegível e ao nível dos fundos europeus mobilizados para apoiar as candidaturas, tendo em todas estas variáveis valores próximos ou superiores a 60% dos valores totais aprovados.

Ao nível dos indicadores de impacto dos projetos, destacam-se as micro e pequenas empresas que prevêem a criação de mais de 5.000 Postos de Trabalho totais; destes, cerca de 2.700 são Postos de Trabalho qualificados; e a contratação de 456 técnicos (89%). O mesmo se passa relativamente ao acréscimo de VAB onde 64% será da responsabilidade das pequenas e micro empresas. As Não PME destacam-se no acréscimo Volume de Vendas e Negócios Internacional, do qual detêm mais de um quarto do acréscimo previsto.

No que respeita aos acréscimos esperados nos indicadores analisados por setor de atividade, a Indústria destaca-se com 59% do acréscimo de PT totais, 45% PT qualificados e 65% do total de acréscimos previstos para o VAB e VVN Internacional. Só não assume relevância nas perspetivas de contratação de técnicos, na qual é igualada pelo setor dos Serviços, prevendo ambos os setores a contratação de mais de uma centena e meia de técnicos.

As NUTS III Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, conjuntamente, detêm mais de 70% das operações aprovadas e dos fundos europeus aprovados para apoiar as operações.

No FEDER destaca-se claramente das restantes NUTS III, o Alentejo Central que, por si só, é responsável por 37% do FEDER mobilizado para apoiar operações de investimento na Região Alentejo.

A distribuição que se observa ao nível do FSE é muito mais equitativa entre as várias NUTS III do Alentejo, estando o FSE aprovado compreendido entre 13% no Alentejo Litoral e 29% na Lezíria do Tejo.

No Fundo de Coesão, o Baixo Alentejo destaca-se das restantes NUTS III, ao mobilizar cerca de 38% do fundo para apoiar os projetos de investimento no âmbito do ciclo urbano da água, que se destinam a melhorar o fornecimento e a qualidade da água.

No Alentejo Central assumem particular relevância o Alentejo 2020, o COMPETE 2020 e o PDR 2020 que, em conjunto, financiam mais de 270 milhões de euros que correspondem a 84% dos fundos aprovados nesta NUTS III.

No Alentejo Litoral, constata-se que o PDR 2020 é o principal financiador com mais de 71 milhões de euros, seguido pelo COMPETE 2020 com 48 milhões, que correspondem a cerca de 57% dos fundos aprovados nesta NUTS III.

No Alto Alentejo, o destaque vai quase todo para o PDR 2020 e para o Alentejo 2020 que, com 62 e 53 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente, representam 75% do financiamento aprovado para esta NUTS III.

No Baixo Alentejo, o principal programa financiador é o PDR 2020 logo seguido ALENTEJO 2020 e PO SEUR, que, em conjunto, são responsáveis por mais de 80% dos fundos aprovados nesta NUTS

III, num valor que ascende a mais de 193 milhões de euros.

Na Lezíria do Tejo assumem particular relevância o PDR 2020 com mais de 63 milhões de fundo aprovado e o Alentejo 2020 com perto de 70 milhões, que, em conjunto, representam cerca de 53% do total de fundos aprovados nesta NUTS III.

Relativamente aos indicadores analisados, a nível de PT Totais, PT Qualificados e contratação de técnicos, as NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo concentram cerca de 70% dos acréscimos previstos para esta Região. Esta tendência acentua-se para os acréscimos previstos no VAB e no VVN Internacional, nas quais estas duas NUTS III, passam a representar mais de 74% do acréscimo previsto para o VAB das Empresas e mais de 71% do acréscimo esperado ao nível das exportações (VVN internacional).

Os PDCT destacam-se das restantes ITI ao terem previstos 44% do total de fundos europeus aprovados nos instrumentos territoriais analisados e 46% do total de fundos aprovados para apoiar as ITI. Contudo, estas estratégias apresentam uma taxa de compromisso (Fundo aprovado/Fundo programado) de 25 %.

No PDCT e na fase a que se reporta a análise, assumem destaque as NUTS III Alto e Baixo Alentejo que apresentam 60% das operações aprovadas e valores de investimento e mobilização de fundos europeus que andam próximos dos 50% do total aprovado para este instrumento no Alentejo.

No que respeita aos PEDU, dos 26 aprovados na Região Alentejo que globalmente apresentavam uma taxa de compromisso de 29%, o maior destaque vai para o PEDU de Aljustrel que já tem valores de taxa de compromisso na ordem dos 111%.

Relativamente a indicadores de contexto, nesta fase e para a maior parte dos indicadores, o tempo de observação em relação ao ponto de partida (2013) ainda é muito reduzido para que se possam tirar ilações concretas acerca da tendência registada.

Ainda neste âmbito e no que diz respeito ao Programa Nacional de Reformas, atualizado em abril de 2017, continua também em destaque, uma vez mais, o efeito das diversas reformas na prossecução das metas definidas no âmbito da Estratégia Europa 2020, encontrando-se ainda em desenvolvimento uma bateria de indicadores de monitorização e impacte para cada um dos Pilares do Programa Nacional de Reformas, que permitirá ir aferindo da sua evolução no médio prazo.

Tabela Objetivo Temático

Código	Designação
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas
4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
6	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas
8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral
9	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
11	Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficiência da administração pública
12	Sobrecustos - Regiões Ultraperiféricas - RUP
13	Não aplicável (apenas assistência técnica)
98	Contribuir para a redução das formas de pobreza mais acentuadas.
99	Não aplicável

Fonte: SIGPOA

Tabela Prioridade Investimento						
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	Designação
99	Não aplicável	4.02	A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;	8.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	
1.01	O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;	4.03	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	8.04	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual;	
1.02	A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estímulo da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente [...], apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas-piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral;	4.04	O desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão;	8.05	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;	
10.01	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	4.05	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	8.06	Envelhecimento ativo e saudável;	
10.02	Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos;	4.06	A promoção da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixo teor de carbono	8.07	Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes;	
10.03	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;	4.07	A promoção da cogeração de calor e eletricidade de elevada eficiência baseada na procura de calor útil	8.08	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	
10.04	Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;	5.01	A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	8.09	A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;	
10.05	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	5.02	A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	8.10	A concessão de apoio às iniciativas locais de desenvolvimento e ajuda às estruturas que prestam serviços de proximidade para criar emprego, sempre que essas medidas não se enquadrem no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho;	
11.03	Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública, através de ações para reforçar a capacidade institucional e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos implicadas na execução do FEDER, e apoio a ações no âmbito do FSE destinadas a reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública	6.01	Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	8.11	Investimento na infraestrutura dos serviços de emprego;	
11.1	Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem;	6.02	Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	9.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	
11.2	Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.	6.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	9.02	Integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, tais como os ciganos	
12.03	RUP	6.04	A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes;	9.03	Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades;	
13.1	AT	6.05	A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	9.04	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	
2.01	A implantação alargada da banda larga e a implantação das redes de alta velocidade, e o apoio à adoção das tecnologias emergentes e das redes para a economia digital.	6.06	A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos setores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica;	9.05	Promoção do empreendedorismo social e da inclusão profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego;	
2.02	O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC;	6.07	A concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, aecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos setores público e privado;	9.06	Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	
2.03	O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	7.01	A concessão de apoio a um Espaço Único Europeu de Transporte multimodais, mediante o investimento na RTE-T;	9.07	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	
3.01	A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas.	7.02	A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais;	9.08	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	
3.02	O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.	7.03	O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável;	9.09	A concessão de apoio a empresas sociais;	
3.03	A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;	7.04	O desenvolvimento e a reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e a promoção de medidas de redução do ruído;	9.10	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	
3.04	A concessão de apoio à capacidade das PME para crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação;	7.05	A melhoria da eficiência energética e da segurança do abastecimento através do desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenamento e transporte de energia e da integração da geração distribuída a partir de fontes renováveis;	98.01	Privação alimentar	
4.01	A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis;	8.01	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;	98.02	Privação material de base	
		8.02	Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia para a Juventude;	98.03	Assistência Técnica	

Fonte: SIGPOA

Tabela Tipologia de Intervenção

Código	Designação	Código	Designação
2	Eficiência energética nas empresas	65	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário
3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	69	Formação avançada
4	Eficiência energética nas habitações	71	Ensino profissional para jovens
6	Mobilidade urbana sustentável	73	Infraestruturas de ensino básico e secundário
7	Eficiência energética nos transportes públicos	74	Equipamentos de ensino superior
17	Regeneração de instalações industriais abandonadas	75	Infraestruturas de formação
18	Integração dos adultos no mercado laboral	78	Grupos operacionais
21	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	79	Capacitação e divulgação
24	Formação de ativos para a empregabilidade	80	Aconselhamento
28	Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	81	Jovens agricultores
29	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade	82	Investimento na exploração agrícola
32	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	83	Investimento na transformação e comercialização produtos agrícolas
33	Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas	84	Infraestruturas coletivas
35	Promoção do voluntariado	85	Criação AP/OP
42	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	86	Organizações interprofissionais
43	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	87	Integração empresarial
45	Investigação científica e tecnológica	88	Seguros
47	Atividades de I&D empresarial	89	Prevenção de riscos e restabelecimento do potencial produtivo
48	Clusters e redes de inovação	90	Agricultura biológica
49	Investimento empresarial em inovação de não PME	91	Produção Integrada
51	Empreendedorismo qualificado e criativo	92	Pagamentos Rede Natura
52	Internacionalização das PME	93	Conservação do solo
53	Qualificação e inovação das PME	94	Uso eficiente da água
59	Emprego altamente qualificado nas empresas	95	Culturas permanentes tradicionais
60	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	96	Pastoreio extensivo
61	Sistema de Requalificação trabalhadores da AP	97	Recursos genéticos
62	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	98	Mosaico agroflorestal
63	Formação dos trabalhadores da AP		

Fonte: SIGPOA

ANEXO II

ANEXO III

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEL - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FSE - Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&I – Investigação e Inovação

INE – Instituto Nacional de Estatística

ITI - Investimentos Territoriais Integrados

MAR – Programa Operacional MAR

NUTS - NUT- Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OT – Objetivo Temático

PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano

PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PI – Prioridade de Investimento

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequena e Média Empresa

PNR – Plano Nacional de Reformas

PO – Programa Operacional

POCH – Programa Operacional Capital Humano

POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – COMPETE

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PT – Posto de Trabalho

SGO – Sistema de Informação

SI – Sistema de Incentivos

SIGPOA – Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo

TI – Tecnologias de Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VVN – Volume de Negócios



Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo

<http://webb.ccdr-a.gov.pt>